

Políticas e gestão em análise



UMA QUESTÃO DE LIDERANÇA? Desafios para as relações África-UE em 2014

James Mackie, Sahra El Fassi, Camilla Rocca e Sebastian Grosse-Puppenthal

Esta publicação anual do ECDPM procura identificar os debates importantes esperados para o próximo ano e seguintes, delineando o contexto em que estes se desenrolarão. O objectivo não é prever resultados, mas sim situar os debates relativos às relações África-UE para facilitar o maior envolvimento possível dos vários actores.

Introdução

Para muitos observadores das relações UE-África, o enfoque de 2014 poderá estar nos últimos esforços concertados para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), bem como na preparação para a nova agenda de desenvolvimento internacional no pós-2015. Mas 2014 é também o ano de realização da 4ª Cimeira África-UE, uma oportunidade para o diálogo político de alto-nível que nenhum dos continentes se pode dar ao luxo de desperdiçar.

Esta 4ª Cimeira deveria, idealmente, ir para além da cooperação para o desenvolvimento, analisando como a União Europeia (UE) e a União Africana (UA) podem melhorar a gestão do seu relacionamento e a colaboração sobre os desafios globais. Simultaneamente, a Cimeira prevista para Abril de 2014 realiza-se num período de grandes mudanças institucionais nos dois continentes, o que pode impedir a concentração numa agenda restrita. Na UE, terão lugar eleições para o Parlamento Europeu e a nomeação de uma nova liderança política, enquanto a UA se confronta ainda com as alterações preconizadas pela Presidente da Comissão da União Africana (CUA) Dlamini-Zuma, desde que foi eleita há dois anos. 2014 é também o primeiro ano do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da UE 2014-2020 e do 3º Plano Estratégico da UA, para além do "Ano da Agricultura e da Segurança Alimentar" na UA.

No entanto, à medida que se aproxima a Cimeira, parece que pouco mudou desde o ano passado: ambas as partes tentam ainda exprimir abertamente os interesses

respectivos, as prioridades estratégicas são ambíguas e existem dúvidas sobre o real valor da Estratégia Conjunta África-UE (JAES). O diálogo é instável, não há reuniões da Troika Ministerial desde 2010 e, apesar de os dois Presidentes das Comissões se terem reunido, outras figuras de alto-nível – como a responsável pela política externa europeia Catherine Ashton – têm demonstrado pouco interesse sobre esta matéria. O maior desafio é, assim, que as figuras políticas de alto-nível, de ambas as partes, se apropriem do processo e assumam uma liderança conjunta para que ele funcione. É necessário que os 54 países africanos e os 28 Estados Membros da UE demonstrem empenho e vontade política para ouvir, compreender e cooperar, mas a liderança tem de vir das instituições continentais.

À medida que outros parceiros estratégicos marcam a sua presença no continente africano, a parceria África-UE não pode assistir a uma continuada falta de "tração política" ou à sensação presente de deriva ou de credibilidade limitada. A Cimeira de 2014 pode fornecer uma plataforma para que os actores de ambos os continentes iniciem acções realistas e viáveis e "ultrapassem o fosso no nível de desenvolvimento entre a África e a Europa através de uma cooperação económica mais estreita e da promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável".¹ Desta forma, 2014 é uma oportunidade para finalmente realizar o objectivo expresso na Cimeira de 2007 e transitar de uma relação doador-beneficiário centrada na ajuda ao desenvolvimento para um nível estratégico, com uma parceria política reforçada e uma cooperação melhorada. Sete anos após a adopção da JAES na 2ª Cimeira África-UE em Lisboa, as novas tendências estão a

tornar-se mais claras nos dois continentes, possibilitando o ajustamento de abordagens e de políticas.

Este documento identifica os desafios para as relações UE-África em várias áreas: as instituições da UE e a cooperação para o desenvolvimento; a cooperação em assuntos-chave como a segurança alimentar, a paz e segurança e as migrações; e questões económicas que incluem a integração regional. O texto aborda também a parceria UE-UA no futuro e o quadro de desenvolvimento pós-2015, concluindo com uma sugestão de três temas prioritários para a agenda da 4ª Cimeira África-UE.

As preparações para a próxima Cimeira têm sido marcadas por diferenças quanto à falta de progresso nas negociações dos Acordos de Parceria Económica (APE) e divergências sobre o Tribunal Penal Internacional (TPI). Será impossível evitar estas questões que devem ser resolvidas em tempo útil, sob pena de ensombrarem a Cimeira.

A necessidade actual de reconfigurar a parceria tornou-se particularmente patente devido a duas grandes alterações no relacionamento UE-África. A primeira é a assertividade crescente de África, que se manifesta na forma como os países africanos se relacionam com o resto do mundo e na crescente independência do continente para desenvolver as suas próprias agendas. A segunda é o ajustamento da Europa a tempos mais difíceis, procurando reequilibrar os seus

compromissos sociais e económicos para continuar a ser relevante no contexto global.

Clarificar objectivos em África

A UA celebrou, em 2013, o 50º aniversário da criação da então denominada Organização de Unidade Africana (OUA). Os Chefes de Estado e de Governo da UA aprovaram uma declaração afirmando a sua determinação em “construir uma África integrada, próspera e pacífica, conduzida e gerida pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica no palco internacional”². A Comissão da UA elaborou o 3º Plano Estratégico (2014-2017)³ e começou a traçar uma nova visão para os próximos 50 anos – a Agenda 2063.

Estes documentos reafirmam os objectivos pan-africanos e de “renascimento africano” já expressos, apelando ao mesmo tempo a uma abordagem nova, mais vigorosa e eficiente para a gestão do desenvolvimento africano, embora em consonância com os documentos estratégicos em vigor⁴. Desde a sua chegada à CUA, a Dra. Dlamini-Zuma tem tentado melhorar a gestão e coordenação interna e adoptou uma abordagem mais orientada para os resultados⁵. É provável que o próximo ano consolide esta mudança de paradigma no pensamento da UA, com vista a um “*enfoque nos impactos e resultados, e não apenas nas actividades*”⁶.

Para realizar a sua visão, a UA reviu e expandiu as suas parcerias estratégicas, criando um contexto mais competitivo e complexo para as relações África-UE⁷. Alguns parceiros-chave como a China, a Índia, o Brasil, a Turquia e a Coreia do Sul, cada vez mais atraídos pelo crescimento económico do continente e pela maior estabilidade macroeconómica e política, estão também a discutir com África as suas prioridades em cimeiras e reuniões de alto-nível, como a Cimeira África-América Latina, a Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD), o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), a reunião entre Ministros do Comércio África-Índia e a Cimeira dos BRICS. Estes eventos têm sido muito mediatizados pelos meios de comunicação africanos, o que reforça a oportunidade que a Cimeira África-UE de 2014 representa para demonstrar o caminho sólido e a vontade da UE de corresponder ao estilo de “diplomacia de povo-para-povo” das economias emergentes.

No entanto, as instituições africanas estão também à procura de fontes alternativas para o financiamento dos seus planos. A UA criou um painel de alto-nível⁸ sobre esta matéria e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) tem contribuído com novas reflexões sobre os mecanismos de financiamento, em particular para infraestruturas⁹. A grande diferença relativamente a abordagens anteriores, como a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) adoptada em 2001 e que pretende envolver países fora do continente, é que desta vez África procura em si própria oportunidades de financiamento.

Continuidade e mudança na Europa

Apesar de enfraquecida pela crise financeira, a Europa continua a ser um parceiro crucial para África. A UE conseguiu até agora salvar o Euro e preservar a estabilidade do seu próprio projecto de integração regional, podendo 2014 ser um ponto de viragem. As eleições para o Parlamento Europeu em Junho serão, porém, a primeira oportunidade para os cidadãos da União expressarem as suas opiniões sobre a gestão da crise. As dinâmicas e os resultados eleitorais irão ter, indubitavelmente, impactos no papel global da UE e nas relações com África, embora as orientações e prioridades definidas ao nível das políticas ajudem a contrabalançar e a assegurar alguma continuidade.

A UE continua a ser o maior parceiro comercial e o maior doador do continente africano¹⁰. Em cinco anos, entre 2007 e 2012, disponibilizou cerca de €24 mil milhões em Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para África¹¹. Apesar de um número crescente de países africanos já não dependerem destes fundos, estes continuam a ser vitais para alguns dos países mais pobres do continente. Assim, embora seja necessária uma evolução da parceria, alguns aspectos também devem mantidos e renovados.

Uma das razões para o declínio da influência europeia, em benefício de poderes emergentes mais dinâmicos, é a percepção de uma comunhão de experiências e interesses, que aproxima mais a África destes parceiros do que da Europa. As relações entre a África e a Europa podem ter uma história mais difícil, mas a existência de uma parceria mutuamente benéfica exige que o diálogo seja suficientemente aberto, franco e forte

para abordar até os assuntos delicados e controversos.

Um grande desafio para a UE consiste em reconciliar valores e interesses no âmbito das suas políticas e da acção externa. A Europa é conhecida pelos seus discursos fortes sobre democracia e governação. No entanto, frequentemente existe a percepção de que esta agenda de valores colide com a forma como a UE prossegue os seus interesses económicos e de segurança, podendo prejudicar a credibilidade da União¹². A necessidade de uma maior coerência na acção externa global da UE é, aliás, generalizada. No plano ideal, os vários instrumentos europeus devem reforçar-se mutuamente no apoio aos objectivos políticos e das suas políticas, evitando duplicações ou impactos indesejáveis. Esta é uma preocupação importante, por exemplo, nas respostas europeias muitas vezes ambíguas ao nexo segurança-desenvolvimento, tendo implicações também noutras áreas de cooperação, tais como o comércio, as migrações, a justiça e os direitos humanos.¹³

1. A reconfiguração da parceria

Dos dois lados do Mediterrâneo, domina um sentimento geral de desilusão sobre os avanços nas áreas prioritárias da JAES¹⁴ que é urgente reverter. Em particular duas dinâmicas emergentes no continente africano podem ser melhor aproveitadas, enquanto oportunidades para construir uma parceria África-UE mais eficaz.

A primeira é a crescente importância da cooperação Sul-Sul, o que permite aos líderes africanos serem mais selectivos nas relações que mantêm com a UE¹⁵. O último Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (NU) “A Ascensão do Sul” estima que o PIB conjunto do Brasil, China e Índia ultrapasse, em 2020, as economias combinadas do Reino Unido, Estados Unidos, França, Canadá, Itália e Alemanha.¹⁶ No entanto, a mera presença de outros actores revela pouco sobre a qualidade da cooperação, nem o crescimento económico se traduz necessariamente na criação de emprego ou na prosperidade da população. Existe, portanto, ainda uma grande oportunidade para as relações África-UE se centrarem em áreas que ambos consideram essenciais.

<p>Outubro</p> <p>Diálogo de Alto-Nível nas NU sobre Financiamento do Desenvolvimento Nova Iorque (7-8 Out)</p> <p>4ª Reunião do Steering Committee da “Parceria Global para uma Cooperação Eficaz” Washington (10-11 Out.)</p> <p>Comité Ministerial UE-ACP de Comércio, Bruxelas (11 Out.)</p> <p>2º Fórum das NU sobre Cooperação para o Desenvolvimento – “Cooperação para o Desenvolvimento na Era pós-2015: Desenvolvimento Sustentável para todos”, Montreux (24-25 Out.)</p>	<p>Novembro</p> <p>Conferência das NU sobre Alterações Climáticas Varsóvia (11-22 Nov.)</p> <p>26ª Assembleia Parlamentar Conjunta (APC) UE-ACP Adis Abeba (23-27 Nov.)</p> <p>Grupo de Trabalho Aberto das NU sobre Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, 5ª sessão Nova Iorque (25-27 Nov.)</p> <p>Dias Europeus do Desenvolvimento “Uma vida digna para todos até 2030”, Bruxelas (26-27 Nov.)</p>	<p>Dezembro</p> <p>Comité de Peritos das NU sobre Financiamento do Desenvolvimento Sustentável (FDS), 2ª Reunião Nova Iorque (2-6 Dez.)</p> <p>9ª Conferência Ministerial da OMC Bali (3-6 Dez.)</p> <p>Grupo de Trabalho Aberto das NU sobre Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, 6ª sessão, Nova Iorque (9-13 Dez.)</p> <p>Conselho Europeu, incluindo a PCSD Bruxelas (19-20 Dez.)</p>	<p>Eventos Gerais</p> <p>Ano da UA para a Agricultura e Segurança Alimentar</p> <p>A Letónia adopta o Euro</p> <p>Eleições Presidenciais e Legislativas na África do Sul</p> <p>Eleições Presidenciais na Argélia</p> <p>Eleições Presidenciais e Legislativas no Malawi</p>
2013			2014

O segundo factor é o desejo dos líderes africanos de promoverem a industrialização, algo que a Europa não tem privilegiado na sua ajuda ao desenvolvimento. A África é cada vez mais retratada como a próxima fronteira do crescimento económico mundial, tendo a possibilidade de se apoiar e beneficiar dos seus próprios recursos e prosseguir com êxito planos de longo alcance para a construção de infraestruturas e a industrialização¹⁷. Isto cria enormes possibilidades para a cooperação Europa-África que podem ter um impacto transformador no continente, pelo que a Europa deve envolver-se nesse processo. Algumas das preocupações mais prementes de África podem surgir em áreas onde a UE tem vantagens comparativas. Além disso, como os dois continentes enfrentam desafios cada vez mais similares ou complementares, as parcerias podem ter uma relevância renovada. Por exemplo, à medida que a Europa envelhece, a juventude da população africana pode ser uma força positiva de mudança numa parceria África-UE reforçada. Para tal, é necessário, por um lado, que os jovens africanos tenham competências e oportunidades¹⁸ e que, por outro lado, os países europeus encontrem a visão e a liderança necessárias para encararem as migrações não como uma ameaça a gerir, mas como uma oportunidade a aproveitar.

A Cimeira África-UE

A existência de um envolvimento continuado de alto-nível é importante para a Cimeira. No entanto, a realização de um diálogo focalizado não é suficiente, por si só, para alcançar os objectivos¹⁹, sendo essencial um seguimento concreto, particularmente tendo em conta mudanças nas instituições europeias em 2014. A Cimeira juntará a liderança da CUA com a liderança cessante da CE, o Conselho e o Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE), ou seja, a primeira metade de 2014 e a Cimeira representam uma última oportunidade para que as partes já familiarizadas entre si possam fechar acordos políticos e clarificar entendimentos. Assim, é ainda mais importante que a Cimeira resulte em conclusões claras, sobre as quais ambas as partes possam ser responsabilizadas, mesmo depois da alteração na liderança da UE.

Em 2013, foram realizadas várias reuniões para preparar a Cimeira e encontrar bases comuns de entendimento, mas no final do ano ainda se esperavam progressos sobre as prioridades

futuras da JAES. As lições aprendidas demonstram que é fundamental valorizar mais a profundidade do que a amplitude, para aumentar a eficácia e visibilidade da JAES. Para que as decisões na Cimeira sejam fundadas numa análise realista e prospectiva do que a parceria pode ou não realizar, são necessárias reflexões abertas e consolidadas antes do evento. Simultaneamente, este processo de identificação e clarificação das prioridades conjuntas em sectores onde a parceria pode ter um valor acrescentado não deve excluir assuntos mais difíceis, ainda que prementes, como os APE e o TPI.

Os obstáculos no caminho

As negociações sobre os APE tornaram-se demasiado prolongadas e fonte de tensão entre as partes, sendo, conseqüentemente, um assunto cada vez mais político do que meramente uma questão técnica de comércio. Se não for resolvida, é provável que venha a agravar o ambiente de diálogo e a monopolizar as atenções, antes e durante a Cimeira.²⁰ Para ultrapassarem as divergências, os actores europeus e africanos têm de ser explícitos sobre os seus objectivos e interesses em matéria de comércio, de investimento e de segurança, e estarem depois dispostos a procurar compromissos políticos em áreas onde as suas opiniões diferem.²¹

Os APE significam, porém, que 2014 será um ponto de viragem para a relação comercial entre a Europa e a África. A CE estabeleceu o prazo de 1 de Outubro de 2014 para que as regiões concluam, assinem ou comecem a implementar os acordos respectivos. Se os APE não estiverem finalizados muito antes desse prazo - idealmente antes da Cimeira - alguns dos principais países africanos perderão parte ou a totalidade do acesso preferencial ao mercado europeu. Para além disso, o risco de graves perturbações no comércio pode levar alguns países a separarem-se do seu agrupamento regional e optarem por acordos comerciais individuais com a UE. A impossibilidade de identificar compromissos nas negociações sobre estes acordos regionais de comércio livre é, assim, algo que pode fazer descarrilar a Cimeira. Os Ministros africanos do comércio já apelaram à inclusão dos APE na agenda da Cimeira.²² Para que seja possível avançar, os líderes políticos têm de avaliar os custos da não conclusão de APE regionais antes do prazo limite (e idealmente antes da Cimeira), tanto para África como para as

relações entre os dois continentes, e traduzir a sua vontade de êxito em propostas e compromissos comerciais concretos.

A maioria dos países que ratificaram o Estatuto de Roma do TPI são da Europa e do Grupo de África, Caraíbas e Pacífico (ACP)²³, mas surgiram divergências entre os grupos europeu e africano devido ao número de casos africanos abordados pelo TPI e ao indiciamento de Chefes de Estado em exercício, argumentando-se que tal pode ter efeitos negativos para a paz e segurança. Os progressos alcançados²⁴ na última Assembleia dos Estados Partes no Estatuto de Roma, em Novembro de 2013, mostram que são essenciais um diálogo aberto e envolvimento mútuo. Estas divergências salientaram, contudo, as diferenças na forma como os Estados muitas vezes vêm a ligação entre segurança e justiça, e como isto influencia as prioridades de estabilidade nacional e regional, por um lado, e a garantia de justiça e a luta contra a impunidade, por outro. Os Estados africanos e europeus precisam claramente de manter o diálogo nesta matéria, em vez de evitarem o assunto.

Interesses estratégicos e responsabilidades partilhadas

As relações África-UE têm geralmente sido caracterizadas por boas intenções, mas carecem de um reconhecimento explícito dos interesses estratégicos de cada um e das suas responsabilidades partilhadas. Os actores africanos e europeus devem ser mais claros em relação às suas prioridades e expectativas e assumirem conjuntamente as responsabilidades. A abordagem das prioridades em duas etapas poderia orientar os actores para uma parceria mais dinâmica e equilibrada, que acomode os seus diferentes interesses. Um primeiro passo consiste em colocar o enfoque num conjunto de questões onde já existe "tração", ou seja, em assuntos de interesse mútuo onde há uma liderança clara e onde se continuarão a tomar medidas mesmo que a liderança e as instituições mudem. Em segundo lugar, a lista de prioridades deve ser reduzida e identificadas áreas específicas onde a parceria África-UE tem um claro valor acrescentado.

As relações devem ser, igualmente, adaptadas aos novos contextos, necessidades e expectativas. Muitos países em África, e no Grupo de Estados ACP em geral,

Janeiro / Fevereiro

Entrada em vigor do novo QFP 2014-2020 e do 11º FED, (1 Jan.)

Entrada em vigor do novo SPG e da PAC, (1 Jan.)

Início do Plano Estratégico 2014-2017 da Comissão da UA, (1 Jan.)

Grupo de Trabalho Aberto das NU sobre Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, 7ª sessão, Nova Iorque (6-10 Jan.)

Reunião Anual 2014 do Fórum Económico Mundial sobre "A reformulação do mundo: consequências para a sociedade, para a política e para os negócios" Davos (22-25 Jan.)

22ª Assembleia da UA Adis Abeba (24-31 Jan.)

Grupo de Trabalho Aberto das NU sobre Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, 8ª sessão, Nova Iorque (3-7 Fev.)

APC Regional UE-ACP, África Oriental, Maurícias (12-14 Fev.)

Março

Comité de Peritos das NU sobre Financiamento do Desenvolvimento Sustentável (FDS), 3ª Reunião Nova Iorque (3-7 Mar.)

APC UE-ACP, Estrasburgo (15-19 Mar.)

3º Fórum das NU sobre Cooperação para o Desenvolvimento - "Cooperação para o Desenvolvimento eficaz e transparente na Era pós-2015" Berlim (20-21 Mar.)

7ª Reunião Anual Conjunta UA-UNECA sobre "Industrialização para o Desenvolvimento sustentável inclusivo em África", Abuja (27 Mar.-1 Abr.)

Abril

Fórum Económico Mundial sobre a América Latina Cidade do Panamá (1-3 Abr.)

4ª Cimeira África-UE, Bruxelas (2-3 Abr.)

1ª Reunião de Alto-Nível sobre "A Parceria Global para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz" Cidade do México (15-16 Abr.)

Fim esperado das negociações para uma Zona de Comércio Livre CAO-COMESA-SADC, (fim de Abril)



Presidência Grega da UE

2014

que beneficiam do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) estão empenhados em ultrapassar a sua dependência da ajuda ao desenvolvimento, estando rapidamente a atrair as atenções de outros actores globais para além da UE.²⁵ O envolvimento com novos actores não aumenta apenas o poder de negociação do Grupo ACP e de África face à UE, mas também chama a atenção para as suas prioridades e aumenta a consciencialização global sobre os desafios que requerem uma responsabilidade partilhada, tais como as alterações climáticas, as energias renováveis e a gestão dos recursos naturais. O Grupo ACP organizará, em 2014, consultas nas quatro regiões africanas sobre o futuro deste Grupo após 2020, altura em que cessa o Acordo de Cotonou. Estas consultas, que irão rever o mandato do Grupo, são também para os países africanos outra oportunidade importante para exporem os seus interesses e afirmarem qual o relacionamento que pretendem ter com a UE no futuro.²⁶

O Programa Pan-Africano

O financiamento da JAES tem sido uma questão controversa desde o início, pelo que a decisão da UE de criar um Programa Pan-Africano (PPA) foi um passo encorajador.²⁷ O novo orçamento comunitário, com início em 2014, atribui cerca de €845 milhões a este envelope financeiro dedicado à JAES.²⁸ No entanto, não se verificando um bom funcionamento das instituições da JAES, não se sabe como é que estes fundos serão geridos conjuntamente com os actores africanos e se a sua utilização será totalmente alinhada com as prioridades da JAES. O PPA só poderá, portanto, ser útil à parceria se houver uma reforma eficaz da própria JAES. Não obstante a importância desta contribuição financeira da UE, seria igualmente importante um co-financiamento da parte africana, para respeitar o carácter conjunto da JAES e evitar resvalar novamente para a tradicional relação doador-beneficiário. A gestão da JAES deve ser resolvida rapidamente, de forma a definir um mecanismo funcional que assegure uma gestão dos fundos PPA em consonância com as prioridades acordadas conjuntamente. A programação de outros fundos do orçamento comunitário começou já em 2013, pelo que os funcionários da Comissão da UE pretendem programar os fundos PPA assim que possível. Se necessário,

a 4ª Cimeira será um momento importante para finalizar os acordos de gestão do PPA; este ano demonstrará se o programa é realmente capaz de apoiar as prioridades e princípios da parceria África-UE.

2. A renovação da acção externa da UE

Como mencionado, 2014 é um marco periódico na renovação institucional na UE. As eleições para o Parlamento Europeu estão marcadas para Maio, um novo colégio de Comissários será nomeado e haverá mudanças da liderança política no SEAE e no Conselho Europeu. Este ano tem início igualmente o novo ciclo orçamental de sete anos – o QFP 2014-2020 – e concretizar-se-ão uma série de mudanças nas políticas. O papel futuro da Europa no mundo e as suas relações com o continente africano serão afectados pelos resultados de todas estas mudanças.

Nova liderança: substituições nas instituições da UE

O processo terá início com as eleições para o Parlamento Europeu em 22-25 de Maio de 2014, quando os cidadãos europeus elegerão os seus representantes dos partidos políticos pan-europeus.²⁹ Estas serão as primeiras eleições desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que alargou os poderes orçamentais do Parlamento Europeu e lhe conferiu maior influência na escolha da liderança da UE. Pela primeira vez, os eleitores escolherão indirectamente o próximo Presidente da CE. O Conselho Europeu, tendo em conta os resultados eleitorais, proporá um candidato ao Parlamento de entre os nomeados pelos partidos políticos europeus³⁰; o Parlamento elegerá depois o Presidente da Comissão por maioria, na sua primeira sessão plenária a 14-17 de Julho.³¹

O Presidente da Comissão toma posse seis meses após as eleições para o Parlamento. Este alinhamento entre os dois processos, formalizado no Tratado de Maastricht, pretende encorajar relações mais estreitas. Em Setembro de 2014, os comités parlamentares realizaram audições para cada candidato a Comissário, os quais são seleccionados pelo Presidente durante o Verão. A única excepção diz respeito ao novo Alto-Representante para os Negócios

Estrangeiros e Vice-Presidente (ARNE-VP) da Comissão, para a substituição de Catherine Ashton que já afirmou não continuar no cargo. O ARNE será nomeado na mesma altura, mas pelos Estados Membros da UE no Conselho Europeu, embora com o acordo do Presidente da Comissão. O Parlamento Europeu confirmará toda a nova Comissão, incluindo o novo ARNE, em Outubro de 2014, e a Comissão tomará posse a 1 de Novembro. Finalmente, caberá aos Estados Membros nomear o novo Presidente do Conselho Europeu, em substituição de Herman van Rompuy que chega ao fim do seu segundo e último mandato a 1 de Dezembro de 2014.³²

A liderança das instituições da UE é importante e fundamental muito para além das eleições de 2014. Está em jogo a coerência da acção externa da UE, que requer uma direcção e orientação políticas forte. Questiona-se se as eleições europeias podem trazer um novo rumo para o futuro da Europa, bem como o dinamismo e entusiasmo necessários para um progresso ambicioso. Uma mudança de etapa no diálogo político poderia ter grandes consequências para a política externa europeia, para a acção externa e para os compromissos de desenvolvimento. No entanto, alguns manifestam preocupação de que 2014 pode também marcar a intensificação do declínio da influência internacional da Europa e do seu papel como promotor do desenvolvimento.

Este processo tem implicações para a Cimeira e para o futuro das relações UE-África. Não só a nova liderança africana de Dlamini-Zuma irá confrontar uma liderança europeia cessante na Cimeira de Abril, como o “síndrome de fim de mandato” poderá abrandar o processo de trabalho. Na prática, a CE não tomará novas decisões depois da nomeação do novo Presidente, em Julho de 2014. Caberá à nova liderança definir a prioridade que terá África na agenda europeia nos próximos anos e qual o lugar da política de desenvolvimento no novo conjunto de prioridades de acção externa da UE. Com efeito, o seguimento europeu após a 4ª Cimeira será feito pela nova liderança política, que não estará presente no evento. Mais para o final do ano e à medida que a nova Comissão se instala, a UA poderá procurar retomar o diálogo com a liderança da UE sobre o que pretende para a parceria.

Maio
Fórum da OCDE sobre, “Economias Resilientes para Sociedades Inclusivas”, Paris (5-6 Maio)
Fórum Económico Mundial sobre África “Forjar o crescimento inclusivo, criar emprego”, Abuja (7-9 Maio)
Comité de Peritos das NU sobre Financiamento do Desenvolvimento Sustentável (FDS), 4ª Reunião Nova Iorque (12-16 Maio)
Eleições para o Parlamento Europeu (22-25 Maio)

Reunião do Conselho OCDE ao nível Ministerial sobre “Emprego, Igualdade e Confiança” Paris (29-30 Maio)
Perspectivas Económicas em África 2014 sobre “Cadeias Globais de Valor e a Industrialização em África”.

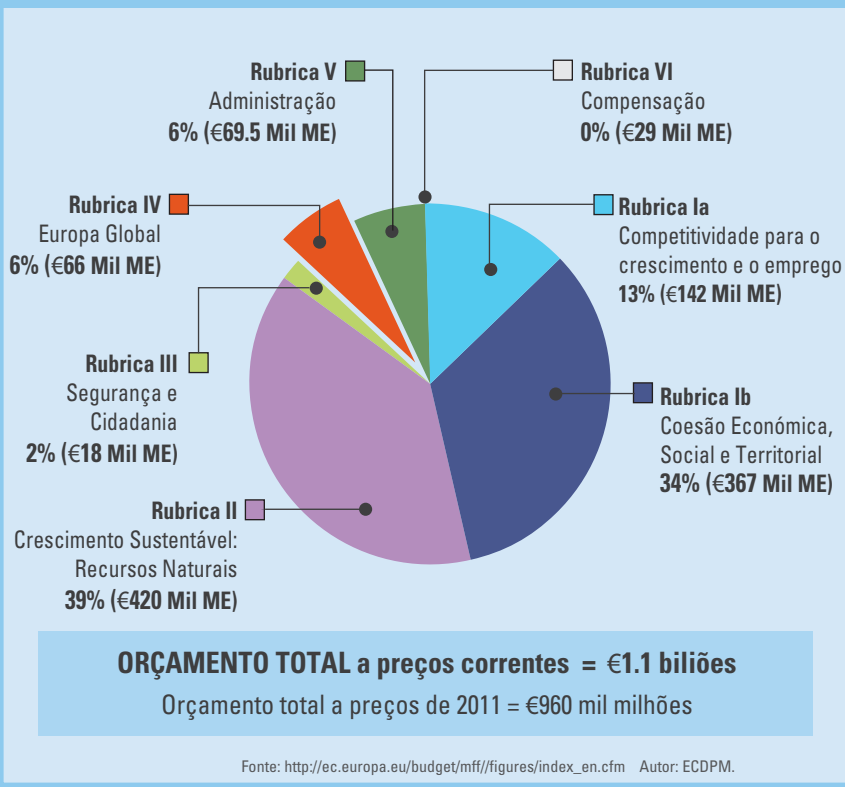
Junho / Julho
40ª Cimeira do G8, Sochi (4-5 Jun.)
4º Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento sobre “Diálogo Global sobre o futuro da cooperação para o desenvolvimento na era pós-2015” Nova Iorque (data a confirmar)
39ª Sessão da Reunião Ministerial Conjunta UE-ACP Bruxelas (data a confirmar)
7ª Reunião Anual Conjunta de Consulta do Conselho de Paz e Segurança da UA (CPS-UA) e do Comité Político e de Segurança da UE (CPS-UE) Adis Abeba (data a confirmar)

Relatório de Desenvolvimento 2013 do BAFD sobre “Aproveitar a Integração Regional para o Crescimento Inclusivo” (data a confirmar)
Relatório de Prestação de Contas da UE 2014, (data a confirmar)
23ª Assembleia da UA Adis Abeba (data a confirmar)



Presidência Italiana da UE

2014

FIGURA 1 – ORÇAMENTO DA UE POR RUBRICA 2014-2020 (preços correntes)

ajuda ao desenvolvimento prevista no orçamento europeu (figura 2). Os fundos para o desenvolvimento do QFP e do FED são acompanhados por um novo enquadramento da política de desenvolvimento, a *Agenda para a Mudança*.

Novas políticas I: A Agenda para a Mudança

A *Agenda para a Mudança* é uma estratégia de reforma da ajuda ao desenvolvimento que introduz alterações significativas na cooperação europeia para o desenvolvimento. Este quadro pretende aumentar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento da UE, através da concentração em sectores e países prioritários, da adaptação dos instrumentos e práticas às novas prioridades e do trabalho com novos actores. Engloba duas prioridades abrangentes: (i) direitos humanos, democracia e governação e (ii) crescimento inclusivo e sustentável para o desenvolvimento humano. A *Agenda* salienta em especial o trabalho nos sectores da segurança alimentar e energia sustentável em países menos avançados e de baixo rendimento, e encoraja o uso de novas modalidades como a combinação de subvenções e empréstimos (“blending”).

As ideias delineadas na *Agenda para a Mudança* reflectir-se-ão na utilização dos fundos da ajuda ao desenvolvimento, tanto do FED como do ICD. Um dos princípios-chave é a “diferenciação”, que implica a atribuição de uma maior proporção de fundos a países e regiões onde se acredita que a ajuda pode ter um maior impacto, tais como os Países Menos Avançados (PMA) e os Estados frágeis. Outros países podem já não ser elegíveis para subvenções geográficas do ICD, devendo esperar novas formas de parceria com a UE e podendo continuar a receber alguns fundos provenientes dos programas regionais e temáticos da UE.

O trabalho preparatório de implementação da *Agenda* teve início em 2013, pelo que 2014 deverá ver a conclusão do processo, desde a política até à programação e à implementação. No final de 2013, as instituições da UE estavam em fase de finalizar decisões sobre os montantes de ajuda ao desenvolvimento que serão atribuídos a cada país parceiro, e sobre o que será feito com essa ajuda através dos programas indicativos nacionais, regionais e plurianuais (PIN/PIR e PIP). As instituições e delegações da UE estão a

Novo orçamento: O quadro financeiro da UE 2014-2020

O Conselho da UE aprovou o QFP 2014-2020 em 2 de Dezembro de 2014, após negociações prolongadas com o Parlamento Europeu³³. Este quadro financeiro, acompanhado de vários “policy papers” interligados, traduz em compromissos financeiros as prioridades de médio-prazo da UE. Constitui também a base para os exercícios orçamentais anuais, uma vez que estabelece o montante máximo que a UE pode gastar anualmente nas várias áreas políticas. Foi aprovado um tecto máximo geral de €1.1 triliões a preços correntes (equivalente a preços de 2011: €960 mil milhões)³⁴, afectado a cinco rubricas (Figura 1).

O próximo orçamento é 3,5% menor que o anterior e inclui importantes mudanças de prioridades e novas propostas.³⁵ Com ele, a UE procura promover o crescimento e o emprego no continente, criando novas iniciativas para ajudar os jovens europeus a

encontrar emprego e as pequenas e médias empresas a acederem aos tão necessários fundos para o investimento.³⁶ O novo orçamento procura também encorajar uma agricultura mais favorável ao ambiente e ancorar uma consciencialização ambiental no seio da Europa. Espera-se que as medidas de mitigação para enfrentar as alterações climáticas representem pelo menos 20% dos gastos no período 2014-2020. O orçamento atribui também maiores fundos para a investigação e inovação, educação e formação.

O orçamento para as relações externas foi mantido, com €66.3 mil milhões para a rubrica “Europa Global”, incluindo o Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (ICD, €19.7 milhões). Os Estados Membros da UE e os países ACP chegaram igualmente a acordo sobre o 11º FED, o protocolo financeiro do Acordo de Cotonou. Paralelo ao orçamento e abrangendo o mesmo período, o 11º FED acresce em mais €30.5 mil milhões a

Agosto / Setembro
Comité de Peritos das NU sobre Financiamento do Desenvolvimento Sustentável (FDS), 5ª Reunião Nova Iorque (4-8 Ago.)
Relatório do Comité de Peritos das NU sobre Financiamento do Desenvolvimento Sustentável
Relatório Anual da EuropeAid 2014
Grupo de Trabalho Aberto das NU para preparar proposta sobre ODS, para a 69ª AG da ONU

Outubro
Fim do Prazo para a conclusão de APE (1 Out.)
APC Regional UE-ACP, África Central (Semana 44)
Fim do mandato da actual Comissão da UE (31 Out.)

Novembro / Dezembro
Tomada de Posse da nova Comissão Europeia (1 Nov.)
Cimeira do G20 Brisbane (15-16 Nov.)
APC UE-ACP Vanuatu (29 Nov. - 3 Dez.)
Novo Alto-Representante do SEAE (1 Dez.)
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas - UNFCCC COP20 Lima (1-12 Dez.)

Eventos Gerais / Janeiro
Entrada total em vigor da nova PAC (1 Jan.)
69ª AG da ONU, Nova Iorque (16-29 Set.)
Evento Especial das NU sobre pós-2015 (data a confirmar)
Conferência das NU sobre Financiamento do Desenvolvimento (data a confirmar)

2014

2015

FIGURA 2 - RUBRICA IV DO ORÇAMENTO DA UE 2014-2020 — INSTRUMENTOS ACIMA DE €MIL MILHÕES E COM RELEVÂNCIA PARA ÁFRICA

Programa /Instrumento	Montante (mil milhões de euros)	% da Rubrica IV	Descrição
Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (ICD)	€19.7	30%	Programas geográficos (60%) para países em desenvolvimento não-ACP e programas temáticos para: - bens comuns globais (€5.1 mil ME): ambiente, energia sustentável, desenvolvimento humano, segurança alimentar e migração - apoio a organizações da sociedade civil e autoridades locais (€1.9 mil ME); - Programa Pan-Africano (€0.845 mil ME).
Instrumento Europeu de Vizinhança (IEV)	€15.4	23%	Transição democrática, economia de mercado, desenvolvimento sustentável e outros interesses comuns, incluindo em 5 países do Norte de África.
Instrumento de pré-Adesão (IPA)	€11.7	18%	Reformas económicas/ políticas nos países da pré-adesão à UE, através de assistência técnica e financeira.
Política Externa e de Segurança Comum (PESC)	€2.1	3.5%	Actividades das "Petersberg tasks" (acções humanitárias e de resgate de nacionais, tarefas de manutenção da paz, tarefas das forças de combate na gestão de crises incluindo <i>peacemaking</i> , etc.).
Instrumento de Estabilidade (IE)	€2.1	3.5%	Resposta em situações de crise emergente ou em curso.
Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH)	€2.3	2%	Direitos Humanos e democratização em todos os países terceiros, incluindo países africanos.
Fundo de Garantia para as acções externas	€1.2	2%	Incumprimentos e garantias de empréstimo concedidas directamente a países terceiros ou para projectos nesses países.
Instrumento de Parceria	€0.955	1%	Diálogo sobre políticas, acesso a mercados e oportunidades para empresas europeias, e melhoria da visibilidade global da UE em parceria com países desenvolvidos (incluindo actores globais) e com os países que se graduam da ajuda ao desenvolvimento bilateral.

TOTAL RUBRICA IV €66.3 mil ME

FORA DA RUBRICA IV E DO ORÇAMENTO: O FED

11º Fundo Europeu de Desenvolvimento	Montante (mil milhões de euros)	% do 11ºFED	Composição dos fundos
Fundos para Estados de África, Caraíbas e Pacífico e organizações regionais	€29.1	95%	Composto por programas nacionais e regionais (€24.4 mil ME), financiamento para a cooperação intra-ACP e intra-regional (€3.6 mil ME) e fundos para a facilidade de investimento do Banco Europeu de Investimento - BEI (€1.1 mil ME)
Fundos para Países e Territórios Ultramarinos (PTU)	€0.37	1%	Composto por programas territoriais e regionais (0.36 mil ME) e €0.005 mil ME para o BEI financiar bonificações de juros e assistência técnica

TOTAL 11º FED €30.5 mil ME (incluindo a administração - €1.1 mil ME, 4%)

TOTAL APD UE 2014-2020 €96.8 Mil ME

Todos os montantes a preços correntes, obtidos em http://ec.europa.eu/budget/mff/figures/index_en.cfm e <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:210:0001:0014:EN:PDF>
*A repartição total dos programas financiados através do ICD será aprovada pelo Parlamento Europeu em Janeiro de 2014. <http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201312/20131204ATT75464/20131204ATT75464EN.pdf>

adaptar as suas práticas e capacidades para implementarem as novas orientações estratégicas e gerirem a operacionalização da *Agenda* para quando o novo orçamento entra em vigor, em Janeiro de 2014, e será testado um novo conjunto de ferramentas de medição de resultados e de reporting. Este ano será, assim, importante para aumentar a eficácia da ajuda europeia para o desenvolvimento.

Novas políticas II: Mudanças nas estratégias dos doadores

Ao acompanharem as mudanças de política ao nível da UE, alguns Estados Membros estão igualmente a alterar as suas próprias políticas, em especial para promoverem um maior envolvimento do sector privado no sector do desenvolvimento e para disponibilizarem incentivos ao investimento externo. A Secretária de Estado para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, Justine Greening³⁷, anunciou em Março de 2013 três

prioridades para o desenvolvimento: diminuir as barreiras ao comércio e investimento, promover os empreendedores nos países em desenvolvimento e “*em terceiro lugar, extremamente importante... um maior investimento por parte de empresas; quero ver as empresas britânicas a juntarem-se ao impulso do desenvolvimento*”.

Outros doadores europeus partilham esta perspectiva do papel e estratégia a seguir para a ajuda ao desenvolvimento. Em Abril de 2013, a Holanda lançou a sua política *A World to Gain*,³⁸ definindo três tipos de relações a prosseguir: “relações de ajuda”, de forma altruísta, a países frágeis e em pós-conflito; “relações de comércio” com outros países ricos, de acordo com os interesses comerciais holandeses; e uma categoria intermédia, denominada “relações de transição”, que associam ajuda ao desenvolvimento com políticas comerciais e são guiadas por um “interesse próprio esclarecido”. Tanto

a Irlanda como a Dinamarca aprovaram recentemente abordagens similares nas suas estratégias para África.³⁹ O Governo cessante na Alemanha afirma, no seu Livro Branco da Política de Desenvolvimento 2013, o compromisso de “*reforçar a ligação entre o comércio externo e a cooperação para o desenvolvimento*” e afirma ser prioritário as empresas alemãs desempenharem um papel mais forte na cooperação pública para o desenvolvimento⁴⁰.

Veremos quais as implicações destas estratégias em 2014. Uma ligação mais estreita entre a cooperação para o desenvolvimento, por um lado, e o comércio e investimento, por outro, apontam claramente para um envolvimento crescente do sector privado que será provavelmente acompanhado por uma transição da ajuda através de subvenções, para uma ajuda que combina subvenções e empréstimos, parcerias económicas e responsabilidades partilhadas.

Novas políticas III: o SPG, os APE e a PAC

O primeiro dia de Janeiro de 2014 assinala a entrada em vigor das revisões de duas políticas que afectam as relações África-UE: o Sistema de Preferências Generalizadas da UE (SPG), que permite aos exportadores de países em desenvolvimento pagarem direitos aduaneiros mais baixos sobre a totalidade ou parte dos produtos que vendem à UE; e a Política Agrícola Comum (PAC), que afecta o preço das exportações europeias de bens alimentares. Mais tarde, a 1 de Outubro de 2014, entrarão em vigor os APE que estiverem concluídos.

O SPG é um elemento central da estratégia comercial da UE para os países em desenvolvimento. O novo SPG para 2014 é um ponto de viragem nas preferências unilaterais da UE ao reduzir significativamente o número de beneficiários para se centrar em países “com as maiores necessidades”, ou seja, os PMA e os países de rendimento médio-baixo. Tal implica que os outros países em desenvolvimento, classificados pelo Banco Mundial como países de rendimento médio-alto, terão de entrar em negociações comerciais recíprocas se quiserem aceder ao mercado europeu em termos preferenciais.

Para África, é importante analisar as oportunidades do novo SPG face à incerteza dos resultados das negociações dos APE. Há vários países que são actualmente considerados de rendimento médio-alto e que, se não assinarem um APE ou tiverem iniciado a implementá-lo até 1 de Outubro de 2014, não terão qualquer acesso preferencial ao mercado europeu. Para além dos problemas de acesso ao mercado na UE, estes países serão afectados também pelo impacto indirecto destas alterações das políticas europeias nos seus processos de integração regional, caso os países que pertencem a uma união aduaneira decidam assinar sozinhos um EPA, sem os PMA da sua região. Este risco existe na África Ocidental, na Comunidade da África Oriental e na região da África Austral⁴¹, embora a solidariedade regional tenha, por enquanto, prevalecido.

As instituições europeias chegaram a um acordo político sobre a reforma da PAC em Junho de 2013.⁴² As medidas transitórias⁴³ começam em Janeiro de 2014 e as principais mudanças serão implementadas um ano depois, em Janeiro de 2015.⁴⁴ Apesar de ser tradicionalmente um assunto controverso nas discussões entre a UE e os países em desenvolvimento, esta reforma da PAC suscitou pouca atenção no que respeita às questões do desenvolvimento. Foi considerada, porém, “uma reforma profundamente decepcionante para o ambiente”⁴⁵.

Apesar dos apelos da sociedade civil,⁴⁶ a PAC 2014-2020 continuará a subsidiar a exportação de produtos avícolas e lacticínios, enquanto que medidas que faziam depender o apoio financeiro da adopção pelos

agricultores europeus de práticas agrícolas sustentáveis e protectoras do meio ambiente foram enfraquecidas.⁴⁷ O Grupo ACP ficou consternado com a decisão de abolir as quotas de açúcar da UE em 2017, embora esta seja uma data de compromisso entre a proposta apresentada pelo do Grupo, que propunha 2020, e as reivindicações dos utilizadores europeus para acabar com as quotas em 2015.⁴⁸ Não obstante as propostas do Comité de Desenvolvimento do Parlamento Europeu, os membros do parlamento decidiram, em sessão plenária, não exigir um mecanismo para monitorizar o impacto da CAP nos países em desenvolvimento. Na verdade, esta decisão vai contra o apelo feito pelo Conselho Europeu de Maio de 2012 para uma abordagem mais baseada em evidências concretas, de forma a melhorar a monitorização, a implementação e o seguimento da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD).⁴⁹

3. Da ajuda ao desenvolvimento à cooperação internacional

As relações entre a UE e África já englobam um largo leque de temas e vão muito para além da tradicional cooperação para o desenvolvimento, como demonstra o âmbito alargado da JAES. É importante que tal continue, se não queremos que estas relações percam a sua riqueza e grau de sofisticação. No entanto, é igualmente importante que a 4ª Cimeira se centre em alguns assuntos-chave novos, para que se produzam resultados concretos e haja avanços no relacionamento. Esta secção analisa algumas áreas onde os dois continentes têm interesses comuns e se devem figurar na agenda da Cimeira.

Cooperação sobre a transparência dos fluxos financeiros internacionais

O Painel para o Progresso de África, liderado por Kofi Annan, estima, no seu relatório de 2013⁵⁰, que os fluxos ilícitos de capitais representam uma perda para África que é o dobro do que recebe em ajuda ao desenvolvimento. Em suma, África não é um devedor mundial em termos líquidos, mas um credor. A UE pode e deve liderar globalmente a luta contra os fluxos ilícitos de capital através de maior transparência. Na proposta de actualização à Directiva anti-branqueamento de capitais⁵¹, a CE sugeriu que as empresas sejam obrigadas a manter um registo da identidade “daqueles que estão realmente por trás da empresa”. Este é um primeiro passo necessário mas não suficiente, já que as autoridades terão de abordar directamente as empresas para obter a informação e detectarem qualquer irregularidade. A UE poderia aumentar largamente os benefícios se essa informação fosse tornada pública.

A UE tomou uma nova iniciativa, apresentando um plano de acção para combater a evasão e fraude fiscal.⁵² Como

tal, a UE está entre os primeiros a reconhecer que um planeamento fiscal agressivo é tão inaceitável como a evasão fiscal. A Cimeira do G8 realizada no Reino Unido, em Junho de 2013, aprovou uma iniciativa similar sobre transparência, sistemas fiscais e maior prestação de contas.⁵³ Se as propostas legislativas da UE forem aprovadas, existirão progressos significativos neste tema em 2014; pelo contrário, a não-aprovação desta legislação seria um sinal decepcionante e um revés para as discussões sobre esta matéria. Ao nível europeu, porém, todas as decisões sobre tributação estão sujeitas a unanimidade, pelo que todos os Estados Membros têm de concordar com quaisquer medidas adoptadas.⁵⁴ Um acordo sobre a reforma da Directiva da UE sobre Tributação da Poupança poderia colmatar grandes lacunas na legislação. Tanto a UE como África têm interesse numa maior transparência dos fluxos financeiros internacionais, uma vez que ajudaria as autoridades a aumentar as receitas fiscais, sendo uma grande vantagem nestes tempos de austeridade orçamental e de APD decrescente.

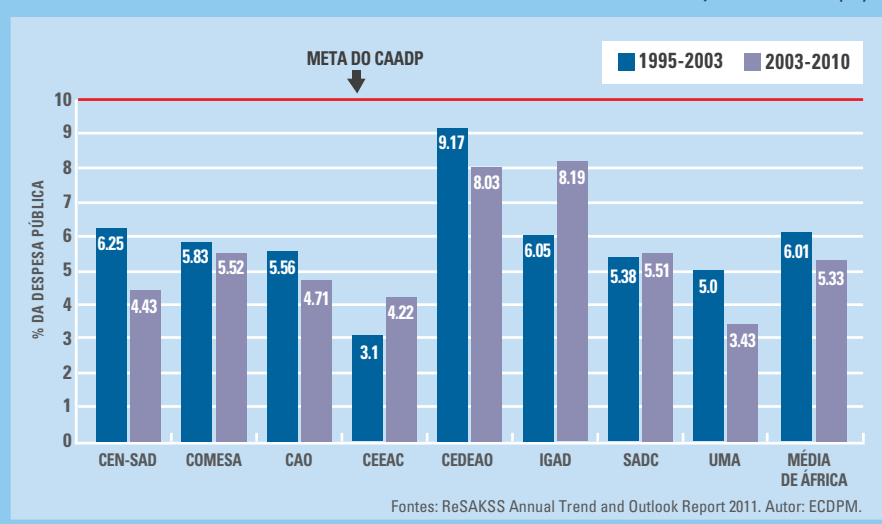
Segurança Alimentar: Um ano de visibilidade para o CAADP

As Nações Unidas decretaram 2014 o “Ano da Agricultura Familiar” e a UA nomeou-o “Ano da Agricultura e Segurança Alimentar”. A atenção internacional derivada destes superlativos pode criar uma oportunidade para melhorar a cooperação sobre o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar em África. E colocar o tema na agenda da 4ª Cimeira pode aumentar ainda mais a visibilidade e a consciencialização.

A segurança alimentar regressou gradualmente ao palco central da cooperação africana e internacional nos últimos anos. Continuam a existir, contudo, desafios em termos de orientação das políticas e do modelo agrícola que deve prevalecer. É provável que os dilemas não resolvidos sobre as reformas de terras, sobre harmonização e certificação de sementes, entrem as reformas e programas de investimento dos países africanos e de outros. As escolhas políticas dos decisores públicos e privados sobre qual o modelo agrícola a promover têm estado polarizadas por debates intensos sobre os benefícios da agricultura industrializada de larga-escala versus a agricultura familiar e de pequena dimensão. Em 2014, o novo dinamismo dos processos internacionais sobre segurança alimentar poderá ajudar os actores aos níveis internacional, regional e nacional a ultrapassarem confrontos puramente ideológicos e a envolverem-se num diálogo franco para fazerem escolhas fundamentadas, reconhecendo que não há soluções-padrão e que são necessárias abordagens específicas, diversas e complementares para promover a segurança alimentar.

Analisando o caso africano, o maior desafio talvez seja conseguir um avanço muito mais expressivo na implementação do Programa

FIGURA 3 – DESPESA PÚBLICA GOVERNAMENTAL NO SECTOR AGRÍCOLA, POR REGIÃO (%)



Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), uma iniciativa africana para impulsionar a produtividade agrícola e reforçar a segurança alimentar no continente.

O CAADP foi criado em Maputo em 2003, como uma componente agrícola da NEPAD, e aumentou a consciencialização geral sobre a centralidade da agricultura para o crescimento económico e a segurança alimentar do continente africano. Isto está a originar, em vários países, uma definição mais inclusiva das políticas e um aumento do investimento pelos governos, o sector privado e os parceiros de desenvolvimento. De acordo com muitos observadores, porém, o CAADP continua a ser maioritariamente um processo de definição de política, com uma implementação lenta e ainda pouco impacto no terreno, principalmente quando analisada ao nível nacional e na perspectiva dos empreendedores rurais.⁵⁵

Para atingir os objectivos do CAADP, os governos africanos concordaram em afectar 10% dos orçamentos nacionais à agricultura e em aumentar a produtividade agrícola em pelo menos 6%. Esta meta orçamental ainda não foi atingida, já que as despesas públicas com o sector agrícola estão em média nos 5,3%⁵⁶ (Figura 3). Para além disso, poucos Ministros das finanças e do planeamento incluem o CAADP nas suas prioridades de afectação orçamental ou no seu diálogo com os doadores. Os países e as regiões estão também longe de atingirem a meta da produtividade.⁵⁷

Dez anos após proclamarem o compromisso político, é altura de os países africanos acelerarem a implementação. O Ano da UA para a Agricultura e a Segurança Alimentar fornece uma plataforma útil para publicitar o CAADP e reformular o programa, com uma maior orientação para os resultados. Apesar de a agricultura não constituir uma das oito parcerias da JAES, a UE tem apoiado o CAADP há muitos anos. Em Maio de 2013, o Conselho

Europeu de Assuntos Externos endossou o tão aguardado Plano de Implementação da UE para a Segurança Alimentar e Nutricional, que integra a resposta europeia de longo-prazo à crise alimentar internacional de 2007-2008 e que estipula prioridades nas áreas da segurança alimentar e nutricional, interligando o apoio da UE ao CAADP com outros esforços europeus de ajuda humanitária e de ajuda ao desenvolvimento.

Em última análise, o real desafio está em alargar a cooperação e diálogo Europa-África neste sector, indo para além da abordagem tradicional doador-beneficiário, para que a UE e a UA possam agir juntas em prol da segurança alimentar e nutricional de ambos os continentes. A 4ª Cimeira África-UE é uma oportunidade para colocar a segurança alimentar no âmago da parceria, não apenas enquanto prioridade política, mas também como tarefa fundamental e relevante para todo o esforço de desenvolvimento sustentável. Os resultados dos processos internacionais em 2014 podem ligar-se com escolhas políticas de longo-prazo, nas quais as duas Uniões podem trabalhar conjuntamente enquanto parceiros iguais, para atingir benefícios mútuos. A assunção da Cimeira como um dos marcos oficiais do Ano da UA para a Agricultura e Segurança Alimentar serviria para reforçar o significado político e simbólico de uma nova abordagem às relações Europa-África.

Paz, segurança e desenvolvimento

Os esforços africanos e internacionais reduziram substancialmente os conflitos e a violência no continente africano desde a década de 1990. No entanto, tal como foi evidente em 2013, designadamente no Mali, em Nairobi e na República Centro-Africana (RCA), África e a comunidade internacional enfrentam ainda múltiplas ameaças e forças destrutivas. A fragilidade - entendida como a interacção entre conflito armado, violência interpessoal, pobreza crónica, desigualdades socioeconómicas e fraca governação⁵⁸ -

persistirá num grande número de países africanos nas próximas décadas, apesar das taxas de crescimento económico previstas entre 5% e 6%.⁵⁹

A parceria UA-UE tem sido particularmente forte na promoção da paz e segurança. Uma das realizações mais tangíveis da parceria é o envolvimento mais intenso na resposta aos conflitos em África. No entanto, as respostas às crises recentes no Mali e na RCA, bem como na Costa do Marfim, Chade e Líbia, criaram também novas dinâmicas na forma como a UA e a UE cooperam para prosseguir a paz e a segurança no continente. O forte envolvimento militar da França funcionou como uma “chamada à realidade”, já que nem a Política Comum de Segurança de Defesa (PCSD) da UE nem a Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA) emergiram como o principal actor de segurança. Em vez disso, têm sido utilizados modelos híbridos de cooperação com o envolvimento de ambas as partes, salientando novamente que as ameaças de segurança não são apenas um problema africano mas um desafio conjunto, que requer uma resposta conjunta⁶⁰. A 4ª Cimeira África-UE é uma oportunidade para analisar mutuamente as prioridades e interesses de ambos os parceiros, reforçar o compromisso e o acordo ao mais alto nível político, fornecer orientação estratégica e garantir o envolvimento de longo-prazo.

Existirão outros eventos em 2014 com impacto nas interacções futuras entre a UA e a UE em termos de paz e segurança. As alterações de liderança no topo das instituições europeias determinarão a orientação das futuras políticas de acção externa. Até agora, a UE optou por enquadramentos regionais para responder à instabilidade e às crises no Sahel e no Corno de África⁶¹ - esta abordagem será para continuar? À medida que a UE termina a programação do próximo ciclo de financiamento, questiona-se também até que ponto os programas serão alinhados com o nexo segurança-desenvolvimento. A Comissão e o Alto-Representante emitiram uma Comunicação sobre a “Abordagem Global” em 11 de Dezembro de 2013, que dá orientações para aplicação de um vasto leque de instrumentos da acção externa da UE num contexto específico. O desafio em 2014 será operacionalizar esta abordagem.

O Conselho Europeu de Dezembro de 2013 é um marco para a PCSD da União, uma vez que é a primeira cimeira da UE a debater a segurança e a defesa desde 2008. No seu seguimento, será interessante ver se os novos líderes da UE apostam numa PCSD mais ambiciosa e assertiva ou se estão reféns dos constrangimentos políticos e dos cortes orçamentais no sector da defesa. A existência de uma maior clareza sobre o papel da PCSD aumentaria a influência europeia na cena internacional. A vantagem comparativa da UE parece estar em posicionar-se num nicho entre a segurança e o desenvolvimento de longo-prazo, aproveitando a sua própria experiência enquanto projecto de construção da Paz.⁶²

APSA: Não há motivos para complacência

A Parceria África-UE sobre Paz e Segurança foi criada em 2007 como parte do apoio mais alargado da JAES à APSA, um enquadramento africano criado em 2002 para promover a paz e segurança no continente. A APSA marcou a diferença na resposta aos conflitos no continente e a cooperação UE-UA sobre esta matéria é hoje encarada como a parceria com maior êxito no âmbito da JAES. No entanto, o este sucesso contrapõem-se vários desafios.

A UA e a UE têm injectado recursos financeiros e humanos consideráveis na construção da APSA. Muito foi conseguido desde 2004, quando a Faculdade de Paz para África (FPA) da UE foi criada para apoiar as operações de apoio à paz mediante pedido da UA e se desenvolveu depois para cobrir o apoio geral à APSA. Apesar disso, a capacidade para prevenção de conflitos e gestão de crises continua a ter constrangimentos. A falta de respostas eficazes da APSA às crises no Mali ou na RCA e a dependência de forças francesas são sinais decepcionantes destas limitações.

O cumprimento do slogan “soluções africanas para os problemas africanos” continua a ser um desafio. A UE é ainda o maior financiador da APSA, através da UA e das comunidades económicas regionais. O financiamento do FED é canalizado através da FPA e ultrapassou mil milhões de euros até à data. Os Estados Membros também têm contribuído com apoio directo. Os actores africanos, contudo, apelam cada vez mais aos seus próprios governos para se apropriarem mais da APSA e das suas operações de paz. Tal estende-se também a novas iniciativas, como a Iniciativa de Solidariedade Africana, que é um instrumento liderado pela UA para apoio à reconstrução pós-conflito e ao desenvolvimento usando recursos próprios.

Sendo um enquadramento para a paz e segurança no continente, é necessário que a APSA vá igualmente para além da gestão de crises, centrando-se nas ligações entre pós-conflito, reconstrução e desenvolvimento. A prioridade para ambas as partes em 2014 é manterem o empenhamento, reequilibrando os investimentos em actividades de longo-prazo para a construção da Paz e do Estado. Isto vai de encontro à necessidade de alargar o diálogo para abarcar a prevenção de conflitos, a gestão de conflitos e a reconstrução pós-conflito, os quais requerem envolvimento político ao mais alto-nível, na Europa e em África.

O Norte de África

O diálogo África-UE sobre paz e segurança tem sido menos fácil em relação ao Norte de África, o que levanta várias questões que deveriam ser discutidas na 4ª Cimeira. A UA e a UE reagiram de forma bastante diferente à instabilidade política que agitou a região nos últimos anos. A UA opôs-se fortemente,

desde o início, à intervenção militar na Líbia e condenou os acontecimentos no Egipto, que considerou um golpe de Estado. O Acto Constitutivo da UA (art.º30) prevê a suspensão dos governos que chegam ao poder por meios inconstitucionais, limitando portanto a margem de manobra da APSA para intervir em apoio de revoltas populares.

O caso da Líbia veio testar, ainda mais, a autoridade e credibilidade da UA como intermediária para a paz e segurança no continente. As divergências de opinião dentro da UA manifestaram-se na Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU, que aprovou a zona de exclusão aérea sobre a Líbia e autorizou o uso da força necessária para proteger os civis. O rótulo de “árabe” nestes levantamentos também dificultou a apropriação por parte da UA e a sua capacidade de assumir a liderança.⁶³

A APSA foi criada numa altura em que o enfoque não estava nas revoltas populares mas sim nos conceitos tradicionais de violência armada e de conflitos intra-estatais. Actualmente, com as ameaças transnacionais emergentes, há uma clara necessidade de ter também em consideração o terrorismo e o crime internacional, pelo que a parceria África-UE em apoio à APSA deveria provavelmente fazer mais para combater as novas ameaças.

Uma das principais lições aprendidas das revoltas no Egipto e na Tunísia é a necessidade de definir a segurança numa perspectiva alargada. Os acontecimentos no Norte de África abalaram a reflexão da UA sobre paz e segurança e obrigaram a reavaliar as causas profundas dos conflitos, nomeadamente a fraca governação e desenvolvimento. É por este motivo que estão a ser efectuados esforços para reforçar as ligações entre a APSA e a Arquitectura de Governança Africana (AGA).

A Primavera Árabe teve início em Dezembro de 2010, apenas um mês após a última Cimeira África-UE, em Trípoli. Esta 4ª Cimeira é a primeira oportunidade para as lideranças dos dois continentes reflectirem sobre estas sublevações e tirarem conclusões em conjunto. A abertura em relação aos respectivos interesses e prioridades, a procura de soluções para os diferendos e a identificação de pontos comuns ajudará ambas as partes a centrarem-se na parceria e a chegarem a caminhos conjuntos.

Trabalhar com a fragilidade: O “New Deal”

A pobreza tem diminuído consideravelmente em termos globais nos últimos 20 anos. No entanto, as projecções sugerem que, se o maior número de pobres vive actualmente em países de rendimento médio, a pobreza estará cada vez mais concentrada nos países frágeis e de baixo rendimento, na sua maioria em África.⁶⁴ Para além disso, enquanto alguns países transitam para a categoria

de rendimento médio, a fragilidade persiste numa série de outros, os quais precisam de apoio continuado e centrado nos processos de longo-prazo, para uma maior resiliência.

O Novo Acordo para o Envolvimento em Estados Frágeis (“New Deal”) tornou-se num quadro internacionalmente aceite para resposta à fragilidade. Criado em 2011 por iniciativa de um grupo de países auto-proclamados de frágeis (o g7+) e de um grupo de doadores, o New Deal defende que as estratégias de apoio dos doadores promovam a apropriação local e trajectórias específicas para cada país. As prioridades são formuladas conjuntamente com os países beneficiários, em consonância com cinco objectivos de construção da Paz e do Estado. No final de 2013, tinham-se conseguido avanços substanciais na implementação do New Deal: cinco países realizaram avaliações participativas da fragilidade; a Somália formalizou um Compacto do New Deal e espera-se um Compacto para o Sul do Sudão; outros países, como a Serra Leoa, incorporaram elementos do New Deal nas suas estratégias nacionais de desenvolvimento.

Um dos desafios para 2014 é assegurar que os processos de implementação continuam a estar alinhados com os princípios do New Deal, enquanto se avança em conjunto e em articulação com os processos de planeamento e coordenação existentes. Os países do g7+ têm de estar atentos para investirem no desenvolvimento de estratégias que estejam especificamente adaptadas ao contexto, com prazos realistas e uma apropriação política de base ampla, para poderem progredir nas objectivos de construção da Paz e do Estado. O New Deal tem potencial para ser um impulsor da mudança na forma como o desenvolvimento é prosseguido nos Estados frágeis, se efectivamente os seus princípios forem totalmente postos em prática. Verifica-se também uma coerência entre a nova modalidade de apoio orçamental da UE, ou “Contratos de Construção do Estado”, e o New Deal, particularmente os seus objectivos nesta matéria. O maior desafio é ser fiel ao espírito do New Deal até à fase de implementação.⁶⁵

Migrações

Mais de 30.000 migrantes irregulares atravessaram o Mediterrâneo, em 2013, na procura de asilo e de maior segurança económica na Europa.⁶⁶ A tragédia de Lampedusa, em que se afogaram mais de 350 refugiados, atraiu a atenção dos media para a insuficiência dos mecanismos actuais para lidar com as migrações, tanto nos países de origem como de destino. Questionou-se de quem é a responsabilidade pela protecção dos migrantes e qual o papel a desempenhar pelas organizações continentais como a UE e a UA. Este é, provavelmente, um dos temas mais pesados na agenda das relações África-UE e estará inevitavelmente presente na 4ª Cimeira.

A CE propôs, em Maio de 2013, uma posição comum da UE com uma abordagem centrada nos migrantes. No entanto, os pontos de vista dos países europeus continuaram muito fragmentados⁶⁷, com muitos políticos relutantes em se envolverem numa discussão mais equilibrada e fundamentada sobre as migrações, dadas as fortes emoções que o tema frequentemente suscita. Imediatamente a seguir ao desastre de Lampedusa, os líderes da UE reuniram-se para discutir o caminho a seguir, mas não chegaram a consenso sobre acções à escala da União para limitar as baixas no mar e proteger as rotas migratórias⁶⁸. Consequentemente, a União foi criticada por colocar a segurança fronteiriça acima das vidas dos migrantes⁶⁹. A protecção dos direitos humanos continua a ser uma preocupação premente no desafio diário de gerir as fronteiras externas da União.

A UE enfrenta igualmente desafios internos no que respeita à migração regular e aos direitos dos migrantes nos países de acolhimento. Em Junho de 2014, o Conselho Europeu debaterá as questões de migração e asilo numa perspectiva mais alargada e de política a longo-prazo. Espera-se que formule orientações estratégicas para avançar no planeamento de iniciativas legislativas e operacionais, na área das liberdades, segurança e justiça. Infelizmente, tal ocorre depois da Cimeira África-UE, e ainda serão necessários ajustamentos nas políticas europeias de migração para que haja um envolvimento real com África, onde o tema é abordado mais sob o ângulo da mobilidade e do emprego⁷⁰. As políticas discriminatórias e de exclusão não prejudicam apenas os laços diplomáticos, mas têm efeitos indirectos também noutras áreas de cooperação.

A Parceria da JAES sobre Migrações, Mobilidade e Emprego (MME) oferece uma plataforma para assegurar que a cooperação nesta área contribui para o desenvolvimento sustentável. A parceria assenta em dois pilares: (i) diálogo regular e (ii) identificação e implementação de iniciativas concretas. A cooperação aborda os desafios interligados de apoiar a mobilidade de estudantes e académicos, bem como a gestão dos fluxos migratórios, incluindo a migração irregular e o tráfico de seres humanos. O plano de acção actual foi aprovado na última Cimeira África-UE e define prioridades para 2011-2013, tendo muitas das acções concretas do plano sido implementadas. No entanto, a mobilidade intra-africana, o asilo e protecção internacional de refugiados, e uma melhoria da cooperação sobre tráfico de seres humanos continuam a ser objectivos para o futuro.⁷¹ Uma vez que o plano de acção termina em 2013, foi feita uma análise dos progressos em Junho e elaborado um novo plano para 2014-2016, o qual deverá ser aprovado na 4ª Cimeira.

No plano internacional mais alargado, há apelos para a inclusão das migrações na agenda de desenvolvimento global pós-2015. A 4ª Cimeira é uma oportunidade para chegar

a posições comuns sobre como tal poderá ser operacionalizado. Pode também ser um fórum para explorar sinergias entre a Parceria da JAES sobre Migrações e outros processos de diálogo sobre esta matéria, tal como o Processo de Rabat (um quadro de cooperação financiado pela UE para países preocupados com a rota migratória da África Ocidental).

Transformação económica e integração regional

O maior desafio para os países africanos está em traduzir o desempenho positivo em termos de alto crescimento na última década num desenvolvimento inclusivo e sustentável, que crie empregos dignos para o número crescente de jovens em África. Os líderes políticos foram instigados a aprovar políticas que lancem as fundações de uma agenda de transformação económica inclusiva e sustentável, esperando-se que os decisores políticos coloquem em prática esses compromissos em 2014. O debate sobre a agenda pós-2015 é uma oportunidade para mobilizar apoio internacional para este esforço, com tentativas não só de implementação por via do sector privado, mas também de o envolver na definição de políticas - e muito pode ser feito nesta área também no âmbito das relações África-UE.

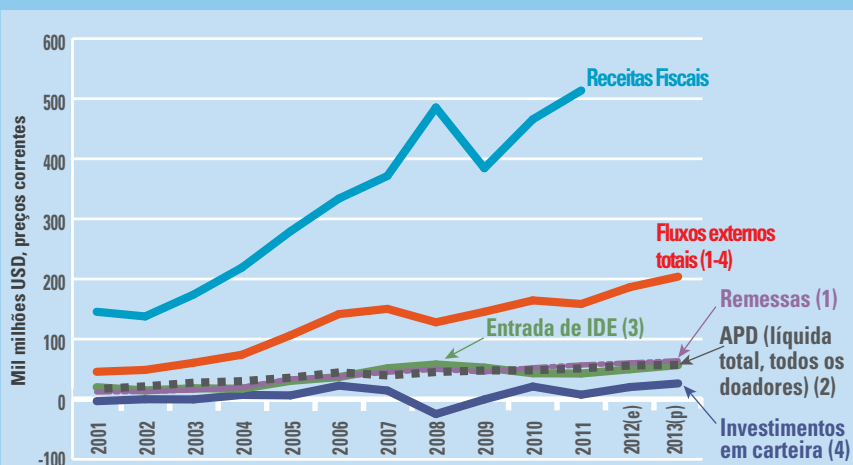
A 7ª Conferência dos Ministros de Economia e Finanças da UA e a Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para África (UNECA), a realizar no final de Março de 2014 em Abuja, pouco antes da Cimeira África-UE, será dedicada à *Industrialização para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo em África*. Espera-se que os ministros aprovem propostas concretas para catalisar a implementação do *Desenvolvimento Industrial Acelerado de África* (DIAA), avançar na agenda de

desenvolvimento industrial do continente e diversificar as economias para não estarem excessivamente dependentes dos sectores extractivos e das matérias-primas. Na mesma linha, as reuniões anuais do Banco Africano de Desenvolvimento, a terem lugar em Kigali em Maio, lançarão o seu principal relatório com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) e o PNUD - as *Perspectivas Económicas em África - sobre o tema Cadeias Globais de Valor e a Industrialização em África*.

A integração regional continuará a ser a prioridade dos países africanos em 2014, tal como salientado pelo próximo Relatório de Desenvolvimento Africano 2013, a publicar em Maio/Junho de 2014 sob o título *Aproveitar a Integração Regional para o Crescimento Inclusivo*.⁷² Na África Oriental e Austral, espera-se para o final de Abril um acordo sobre a Zona de Comércio Livre Tripartida (ZCLT) CAO-COMESA-SADC, um acordo ambicioso de comércio com o objectivo de ultrapassar os desafios da pertença múltipla e sobreposta dos países a vários grupos regionais.⁷³ As negociações têm-se centrado em afunilar as grandes divergências entre os países membros, particularmente no que respeita às regras de origem.

Na África Ocidental, aos Chefes de Estado da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) aprovaram a aplicação de uma Paula Externa Comum (PEC) a partir de 1 de Janeiro de 2015.⁷⁴ Os esforços para cumprir os requisitos da PEC, removendo as muitas barreiras comerciais ainda existentes, terão de estar concluídos em 2014. Isto permitir-lhe-ia ser uma união aduaneira plena, o que é uma conquista significativa na sua agenda ambiciosa de integração.⁷⁵ Outro desafio é avançar mais na integração regional através da possível formação de um segundo grande bloco, seguindo o modelo da ZCLT, agregando

FIGURA 4 – RESUMO DOS FLUXOS FINANCEIROS TOTAIS E RECEITAS FISCAIS EM ÁFRICA, 2001-2013



(e= estimativas, p=projeções) Fontes: PEA 2013. Autor: ECDPM.

FIGURA 5 – A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

TEMA	POSIÇÃO AFRICANA (EM FORMAÇÃO) (1)	POSIÇÃO DA UE (EM FORMAÇÃO) (2)
Desenvolvimento Sustentável	(i) Transformação Económica Estrutural e Crescimento Inclusivo	(ii) Integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social e ambiental)
Impulsionadores do Crescimento Económico	(ii) Papel decisivo da inovação, transferências de tecnologia e I&D, por via da melhoria das capacidades tecnológicas	(v) Promover o crescimento económico e a criação de emprego, nomeadamente através do envolvimento com o sector privado
Transformação Social	(iii) Desenvolvimento humano ligado à redução da pobreza, à educação e ao desenvolvimento do capital humano; acesso universal e equitativo a cuidados de saúde de qualidade; igualdade de género e empoderamento das mulheres; dinâmicas populacionais; redução dos riscos de catástrofes; e acesso a habitação digna.	(i) Enfoque na pobreza, no âmbito de uma visão alargada, abrangente e sustentável do desenvolvimento
Financiamento do Desenvolvimento e Coerência das Políticas	(iv) Os financiamentos e as parcerias são tão importantes como os objectivos e metas específicas (v) Enfoque nos factores propícios ao desenvolvimento, englobando ambientes favoráveis no plano interno, continental e global	(vi) Melhorias no financiamento do desenvolvimento e na coerência das políticas para o desenvolvimento
Processo de definição da agenda de desenvolvimento pós-2015	<i>Um processo inclusivo para todos os países, com fortes parcerias globais e um forte compromisso africano para com o processo (*)</i>	(iii) Um processo inclusivo, com forte envolvimento dos países pobres e da sociedade civil
Formato da agenda pós-2015	<i>Um conjunto universal de objectivos aplicáveis a todos os países (**)</i>	(iv) Um quadro universal que é relevante para todos os países e com responsabilidades para todos

Fontes: (1) GDN (2013), *A Million Voices: The World We Want; A Sustainable Future with Dignity for All*. (Setembro). Nova Iorque: Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas; (2) CE (2013), *Uma Vida Digna para Todos*. (Fevereiro). Bruxelas: Comissão Europeia.; (*) Presidente da Libéria Johnson Sirleaf (2013), *Discurso no Painel de Abertura dos Dias Europeus do Desenvolvimento*, Bruxelas; e (**) Presidente da Comissão da UA Dlamini-Zuma (2013), *Discurso no Painel de Abertura dos Dias Europeus do Desenvolvimento*, Bruxelas.

a CEDEAO, a CEEAC, a CEN-SAD e a UMA.⁷⁶ Estas comunidades económicas aprovaram um plano de acção, em Abril de 2013, e começarão a harmonizar os seus programas e actividades com os das respectivas organizações sub-regionais, como a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) e a União Económica e Monetária da África Ocidental (EUMOA).⁷⁷

O prazo para a conclusão dos APE, em Outubro de 2014, terá implicações decisivas nas dinâmicas de integração regional. Um falhanço em chegar a acordos regionais terá provavelmente efeitos negativos duradouros, se alguns países abandonarem a posição regional para manterem as suas preferências no mercado europeu, para além de indubitavelmente azedar ainda mais as relações entre os dois continentes, nomeadamente na Cimeira.⁷⁸

4. A Parceria no futuro

O quadro de desenvolvimento pós-2015

Apesar de as relações África-UE terem uma agenda própria importante, o debate sobre o pós-2015 representa uma oportunidade em que ambos os continentes têm interesse e que devem procurar usar, já que afectará muitos dos desafios globais que ambos enfrentam. Para além disso, se agirem juntos poderão ter uma influência decisiva no resultado.

O trabalho sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 já teve início e intensificar-se-á em 2014. Existem duas linhas paralelas: o Grupo de trabalho aberto sobre os Objectivos de

Desenvolvimento Sustentável (GTODS) e o Comité Intergovernamental de Peritos sobre o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável (FDS). O ODS tem a sua oitava e última sessão a 3-7 de Fevereiro de 2014 e o Comité FDS completa o seu trabalho em Agosto. Os resultados destes dois grupos serão sintetizados num relatório no final de 2014, que alimentará o debate sobre o pós-2015, embora as negociações comecem na 69ª Assembleia Geral das NU em Setembro de 2014.

É essencial um acordo sobre o conteúdo da nova agenda. O evento especial realizado na Assembleia Geral de Setembro de 2013 resultou num acordo para fundir os ODM e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) numa única lista concisa e apelativa. Em 2014 terão de se encontrar formas de operacionalizar isto, nomeadamente pelo GTODS como parte do seu trabalho de definição de objectivos.

Será também necessário um grande esforço diplomático “de corredor” para juntar as posições e os objectivos antes das negociações, uma vez que é preciso equacionar muitos pontos de vista. Provavelmente o maior desafio é começar o diálogo em 2014, tanto para a UA e a UE como para os outros actores. A 4ª Cimeira pode ser uma oportunidade para a UA e a UE chegarem a posições conjuntas sobre esta agenda. A UE também terá de decidir internamente até onde está preparada para ir. Os cidadãos, os Estados Membros e as instituições europeias precisam reflectir sobre se estão prontos para enfrentar os desafios assumidos nesta agenda de desenvolvimento pós-2015, sendo que a UE tem já feito alguns esforços nesse sentido.⁷⁹ A agenda em

formação tem um carácter muito mais político do que os ODM originais.

O financiamento do desenvolvimento

O financiamento do quadro de desenvolvimento pós-2015 continua a ser uma grande preocupação. Ao criar o Comité ODS, a Assembleia Geral das NU reconheceu a necessidade de mobilizar recursos significativos, provenientes de fontes diversas, e de utilizar os fundos de firma eficaz.⁸⁰ O Comité realizou duas sessões, no final de Setembro e início de Dezembro de 2013, estando previstas três sessões de trabalho no próximo ano. O trabalho baseia-se no Consenso de Monterrey (2002) e da Declaração de Doha sobre o Financiamento do Desenvolvimento (2008) e está dividido em três eixos⁸¹: (i) financiamento, (ii) mobilização e uso eficaz dos recursos e (iii) acordos institucionais, coerência das políticas e questões de governação. O Comité foi criticado pela falta de acesso ao processo por parte das organizações da sociedade civil.⁸² É provável que se verifique uma abordagem mais inclusiva em 2014, dadas as oportunidades de participação activa dos grupos da sociedade civil nos trabalhos.

O debate global sobre o financiamento do desenvolvimento em 2014 abordará vários assuntos que a Cimeira África-UE poderá ter interesse em analisar, embora se deve evitar também a armadilha de só debater esta matéria. Em primeiro lugar, como o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e os fluxos das remessas continuam a desempenhar um papel importante em África, os líderes

poderão debater na Cimeira as formas de criar ambientes propícios, em termos de negócios e de políticas, que permitam o melhor uso destes recursos para estimular a transformação económica. Em segundo lugar, como a APD tem sido, tradicionalmente, uma parte importante da parceria⁸³ e os níveis europeus de APD têm diminuído, os parceiros poderão querer discutir como utilizar a ajuda ao desenvolvimento ainda disponível para atingir os melhores resultados. Por fim, como os países africanos estão interessados em melhorar a mobilização de recursos internos (Figura 4), as discussões podem centrar-se nas formas de a UE apoiar estes esforços.

Durante a Assembleia Geral das NU em Setembro de 2013, teve lugar um evento paralelo organizado pela Nigéria, sobre a cooperação para o desenvolvimento e a mobilização de recursos internos, com o objectivo de consciencializar para as questões da tributação e dos fluxos financeiros ilícitos.⁸⁴ Os participantes ponderaram como é que estes tópicos podem contribuir para a agenda de desenvolvimento pós-2015 e lançaram ideias sobre como a Parceria Global pode ajudar a responder a estas questões na sua próxima reunião de alto-nível no México (15-16 de Abril de 2014). Os Estados Membros da UE têm uma tarefa particular nesta matéria, de apoio activo às iniciativas europeias, através de uma maior transparência e de um combate efectivo à evasão e fraude fiscal.

Posições da UA e da UE sobre o quadro pós-2015

Tal como em muitas negociações nas NU, um papel importante será desempenhado por grupos de Estados que se juntam para defender as suas posições comuns. As organizações regionais, como a UE e a UA, bem como outros grupos, como os ACP e o G77, estão a elaborar as suas posições. Isto leva tempo e requer disciplina e flexibilidade. A condução de discussões internas é um grande desafio num contexto em que o debate internacional está em constante movimento. A Cimeira África-EU oferece uma oportunidade única para os dois continentes desenvolverem uma posição conjunta, para trabalharem juntos para influenciarem a agenda de desenvolvimento pós-2015 e para defenderem objectivos comuns, já que as opiniões europeias e africanas não parecem ser muito diferentes. O apoio a uma posição conjunta poderia, provavelmente, ser alargado ao Grupo ACP no Conselho de Ministros ACP-UE previsto para Junho de 2014.

Apesar de a posição comum da UA não ter sido divulgada até à data desta publicação, a ONU realizou uma série de consultas globais sobre o assunto.⁸⁵ As consultas em África apontam para que o continente tenha pelo menos cinco prioridades principais (Figura 5)⁸⁶ e os líderes africanos expressaram também algumas ideias em fóruns públicos. A UA criou um comité de alto-nível, em Maio de 2013, para elaborar propostas, e espera-se que aprove a sua posição na Assembleia⁸⁷ da UA em Janeiro de 2014.⁸⁸ As consultas na Europa resultaram numas seis prioridades⁸⁹, que são apresentadas também

na Figura 5 (segunda coluna), apesar de o acordo final sobre a posição europeia só ser firmado em 2014.

Se compararmos ambas as posições na Figura 5, elas correspondem claramente na sua maioria, pelo que a elaboração de uma posição conta sobre o conteúdo da agenda pós-2015 e sobre os seus aspectos processuais não seria difícil na 4ª Cimeira. Especialmente em áreas como a transformação social, o financiamento do desenvolvimento, a coerência de políticas e a sustentabilidade, parece existir uma percepção sobreposta sobre o que deve estar incluído na agenda pós-2015. Um dos desafios para 2014 será fazer ouvir as vozes africanas europeias nas consultas e na definição da agenda. Existem várias possibilidades para o conseguir nos calendários de trabalho tanto do GT-ODS como do Comité FDS. Para além disso, as reuniões e diálogos informais ao longo de 2014 serão uma oportunidade para trocar ideias. A África e a Europa não se podem dar ao luxo de estar menos comprometidas com um quadro pós-2015 forte, universal e sustentável do que estavam com os ODM - e durante o próximo ano devem continuar igualmente a trabalhar para concluir os ODM, tal como a Presidente da Libéria salientou recentemente em Bruxelas.⁹⁰

Acronimos

ACP	África, Caraíbas e Pacífico	NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (UA)
AGA	Arquitectura de Governação Africana	NU	Nações Unidas
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento	OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
APE	Acordo de Parceria Económica	ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
APSA	Arquitectura de Paz e Segurança Africana	ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
ARNE-VP	Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e Vice-Presidente	OMC	Organização Mundial de Comércio
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento	OUA	Organização de Unidade Africana
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul	PAC	Política Agrícola Comum (UE)
CAADP	Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África	PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa (UE)
CAO	Comunidade da África Oriental	PEA	Perspectivas Económicas em África
CE	Comissão Europeia	PEC	Pauta Externa Comum
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	PIN	Programa Indicativo Nacional
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central	PIP	Programa Indicativo Plurianual
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central	PIR	Programa Indicativo Regional
CEN-SAD	Comunidade dos Estados do Sahel e do Saara	PMA	Países Menos Avançados
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
CPD	Coerência das Políticas para o Desenvolvimento	PPA	Programa Pan-Africano
CUA	Comissão da União Africana	QFP	Quadro Financeiro Plurianual (UE)
DEVCO	Desenvolvimento e Cooperação - EuropeAid (Direcção Geral da CE)	RCA	República Centro-Africana
DIAA	Desenvolvimento Industrial Acelerado de África	SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
FDS	Financiamento do Desenvolvimento Sustentável	SEAE	Serviço Europeu de Acção Externa
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento	SPG	Sistema de Preferências Generalizadas (OMC)
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África	TICAD	Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano
FPA	Facilidade de Paz para África	TPI	Tribunal Penal Internacional
ICD	Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento	UA	União Africana
IDE	Investimento Directo Externo	UE	União Europeia
JAES	Estratégia Conjunta África-UE	UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
MME	Migração, Mobilidade e Emprego	UMA	União do Magrebe Árabe
MPE	Membros do Parlamento Europeu	UNECA	Comissão Económica para África (ONU)
		ZCLT	Zona de Comércio Livre Tripartida

Conclusão: A Cimeira UE-África e o futuro

As relações África-UE enfrentam desafios numerosos e complexos em 2014, pelo que muitos analistas apelaram a uma concentração das prioridades em certas áreas de cooperação. Tal é difícil de realizar, já que num processo negocial que envolve os interesses de 82 países e duas instituições continentais é inevitavelmente difícil chegar a uma lista curta de prioridades. No entanto, olhando para a parceria África-UE em 2014, constata-se que a escolha de prioridades já não é uma escolha mas uma necessidade política, para que a Cimeira seja um sucesso e traga um dinamismo renovado à parceria. Para além de uma agenda restrita e com prioridades bem definidas na Cimeira, a UA e a UE precisam de resolver finalmente a questão da liderança do processo. É necessário “um campeão” político de alto-nível para as relações Europa-África, em ambos os continentes, se queremos que este processo seja impulsionado e atinja os objectivos estabelecidos. É improvável que haja progressos reais sem a existência de tais líderes a trabalhar em conjunto.

Deve haver uma reflexão cuidada antes da Cimeira África-UE de 2014, assegurando que as discussões são baseadas numa análise realista sobre o que a parceria pode ou não realizar. Não é necessário abordar cada aspecto da Estratégia Conjunta, nem as discussões se devem centrar apenas na JAES e evitar outros assuntos que possam ter mais tracção política. Presumindo que os assuntos relativos aos APE e ao TPI possam ser resolvidos até Abril de 2014, e num esforço para focalizar a 4ª Cimeira numa selecção limitada de tópicos, a nossa análise sugere fortes motivos para centrar a agenda em três pontos: (i) as consequências da Primavera Árabe para a cooperação África-UE, incluindo as migrações, (ii) a segurança alimentar e a CAADP para marcar o Ano da UA para a Agricultura e Segurança Alimentar e (iii) a elaboração de uma posição conjunta UE-UA sobre os objectivos e o financiamento do quadro de desenvolvimento global pós-2015.

NOTAS

1. Barroso, J. e Dlamini-Zuma, N. (2013), Two Continents, One Vision, Texto para a 6ª reunião conjunta das Comissões da UE e da UA.
2. UA (2013), Declaração Solene do 50º Aniversário. Adis Abeba: União Africana.
3. O Plano Estratégico define oito áreas prioritárias: (i) Desenvolvimento das capacidades humanas com incidência na saúde, educação, investigação, tecnologia e inovação; (ii) Agricultura e processamento de produtos agrícolas; (iii) Desenvolvimento económico inclusivo através da industrialização, desenvolvimento de infraestruturas, agricultura, comércio e investimentos; (iv) Paz, estabilidade e boa governação; (v) Transversalização das mulheres e da juventude em todas as actividades; (vi) Mobilização de recursos; (vii) Construção de uma União centrada nas pessoas através de uma comunicação e imagem activa; (viii) Fortalecimento das capacidades institucionais da União e de todos os seus Órgãos.
4. Tais como o Tratado de Abuja (1991), o plano de acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (DIAA) e a Iniciativa de Desenvolvimento dos Agronegócios e Agroindústria africanas (3ADI).
5. Hengari, A.T. (2013), A year in office: Dlamini-Zuma at the African Union. Joanesburgo: SAIIA Opinion & Analysis.
6. UA (2013), Discurso de Abertura de S.EXA Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma, Presidente da Comissão da UA na abertura da 26ª Sessão Ordinária do Comité de Representantes Permanentes da UA. Adis Abeba: União Africana.
7. Idem.
8. República da Namíbia (2012), Discurso de Abertura de S.EXA Hifikepunye Pohamba, Presidente da República da Namíbia com o Painel de Alto-Nível sobre fontes alternativas de financiamento da União Africana.
9. Mbeng Mezui, C.A. e Duru, U. (2013), Working Paper Series, No 178, Holding Excess Foreign Reserves Versus Infrastructure Finance: What Should Africa Do? Túnis: Banco de Desenvolvimento Africano.
10. UE (2013), EU Accountability Report, COM (2013) 531 final (Julho). Bruxelas: Comissão Europeia.
11. DEVCO (2012), Global Trends. Bruxelas: Comissão Europeia.
12. Laporte, G., M. Öhm & F. Koch (2013), Building a Sustainable Partnership for the Future? EU-Africa Relations in the Run-up to the 2014 Summit. (Relatório da Conferência). Maastricht: ECDPM/Berlim: Friedrich Ebert Stiftung.
13. EC, HRVP (2013) The EU's Comprehensive Approach to External Conflict and Crises. Comunicação Conjunta, Dezembro. Bruxelas: Comissão Europeia.
14. UE & UA (2007), A Parceria Estratégica África-UE: Estratégia Conjunta África-UE.
15. UA (2013), Discurso de Abertura de S.EXA, Dra. Nkosazana Dlamini Zuma, Presidente da Comissão da UA, na 3ª Reunião de Ministros de Comércio África-Índia. Joanesburgo: União Africana.
16. PNUD (2013), Relatório de Desenvolvimento Humano. A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
17. Estes incluem o plano para industrializar o continente (o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África - DIAA), um plano para aumentar o comércio entre países africanos (Boosting Intra-Africa Trade (BIAT)), um plano para eliminar as barreiras comerciais e aprofundar a integração do mercado africano através da criação de uma zona continental de comércio livre, o Programa de Desenvolvimento das Infraestruturas em África (PIDA), e as Iniciativas de Desenvolvimento Agroindustrial (3ADI) entre outros.
18. Relatório do Progresso em África 2013 (2013), Equity in Extractives: Stewarding Africa's Natural Resources for All. Genebra: Painel para o Progresso de África.
19. Barroso, J. e Dlamini-Zuma, N. (2013), Texto para a 6ª reunião conjunta das Comissões da UE e da UA, Abril, Adis Abeba.
20. Bilal, S. (2013), Trade talks set to disrupt Africa-Europe relations and poison the upcoming Africa-EU Summit. (Briefing Note 58). Maastricht: ECDPM.
21. Looking beyond 2013: Are EU-Africa relations still fit for purpose? European Think-Tanks Group's High-Level Conference, Bruxelas, 28 de Outubro de 2013.
22. Ministros de Comércio da UA, 21-25 de Outubro de 2013, Declaração sobre os APE, 8ª Conferência, Adis Abeba.
23. O apoio ACP-UE ao Estatuto de Roma é também referido no Acordo de Parceria de Cotonou (Art. 10).
24. Discurso de Encerramento do Presidente dos Estados Partes, 13ª reunião da Assembleia em 28 de Novembro de 2013.
25. Laporte, G. (2013), Doing less and choosing better: Pacific perspectives on the future of the ACP Group. (ECDPM Talking Points Blog). 25 de Outubro.
26. Idem.
27. CE (2011), Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento. Art. 9 da proposta de regulamento do ICD 2011/0406 (COD). Bruxelas: Comissão Europeia.
28. A proposta orçamental inicial da Comissão para o ICD (COM(2011) 840 final) sugeria um montante de mil milhões de euros, mas foi reduzido, em linha com outras reduções efectuadas durante as negociações do orçamento.
29. Este processo difere da eleição do Parlamento Pan-Africano, onde os representantes são escolhidos de entre os membros dos parlamentos nacionais.
30. Comunicação da CE (2013), Preparação das eleições europeias de 2014: reforçar um processo eleitoral democrático e eficaz (Março) COM (2013) 126 final. Bruxelas: Comissão Europeia.
31. União Europeia (2012), Versão Consolidada do Tratado da União Europeia, Artigo 17 (7).
32. O Presidente do Conselho Europeu pode exercer no máximo dois mandatos.

33. Conselho da UE, 2 Dez 2013, Conselho aprova o quadro financeiro plurianual 2014-2020, Comunicado de Imprensa 15259/13
34. Nos comunicados de imprensa da UE, os montantes globais do QFP são expressos a preços de 2011, enquanto os montantes para cada programa ou instrumento financeiro são apresentados a preços correntes, tendo em conta uma inflação anual de 2%. Neste documento utilizam-se os preços correntes.
35. Conselho da UE (2013), Summary of the European Council Agreement on the EU MFF negotiations, Bruxelas. O montante dos fundos foi consideravelmente reduzido pelos Estados Membros, em comparação com a proposta inicial da Comissão (European Commission newsroom, QFP 2014-2020)
36. Ver European Commission, Newsroom, quadro financeiro plurianual 2014-2020.
37. Greening, J. (2013), Investing in Growth: How DFID Works in New and Emerging Markets. Speech (11 de Março). Londres: Department for International Development.
38. Ministério Holandês dos Negócios Estrangeiros (2013) A World to Gain: A New Agenda for Aid, Trade and Investment. (Abril). Haia: Governo dos Países Baixos.
39. Ministério dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca (2013), Opportunity Africa. (Outubro). Copenhaga: Governo da Dinamarca.
40. BMZ (2013), The German Government's 14th Development Policy Report: Development Policy White Paper – Executive Summary. (Maio). Berlim: Ministério Federal para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento.
41. Se o Gana e a Costa do Marfim decidirem Implementar um APE fora da CEDEAO, a criação de uma União Aduaneira da CEDEAO ficará comprometida. Da mesma forma, se o Quênia decidir ter um acordo bilateral sem a CAO ou a Namíbia e a Suazilândia sem outros países da SACU, haverá uma ruptura nos seus processos de integração regional.
42. CE (2013), Acordo político sobre a nova orientação da política agrícola comum. (Comunicado de Imprensa, Junho). Bruxelas: Comissão Europeia.
43. Conselho da UE (2013), Chief negotiators of EU institutions agree on transition measures for agriculture in 2014. (23 de Outubro, 15198/13), Bruxelas: Conselho da UE.
44. CE (2013), Proposal on a regulation of the European Parliament and of the Council (April, COM(2013) 226 final Bruxelas: Comissão Europeia.
45. IEEP/CAP2020 (2013), Political agreement on the CAP: Is this really a paradigm shift for the environment? (3 de Julho).
46. Por exemplo, na conferência The CAP Towards 2020: Taking Stock With Civil Society, 13 de Julho, Bruxelas.
47. CE (2013), Acordo político sobre a nova orientação da política agrícola comum. (Comunicado de Imprensa, Junho). Bruxelas: Comissão Europeia.
48. GFAR (2013) ACP sugar ministers review impact of EU sugar production quota abolition. (Novembro). Fiji: The Global Forum on Agricultural Research.
49. Conselho Europeu (2012), Conclusões do Conselho sobre Coerência das Políticas para o Desenvolvimento, 3166ª Reunião do Conselho de Assuntos Externos (14 de Maio), Bruxelas.
50. Relatório do Progresso em África 2013 (2013), Equity in Extractives: Stewarding Africa's Natural Resources for All. Genebra: Painel para o Progresso de África.
51. CE (2013), Anti-money laundering: Stronger rules to respond to new threats. (Comunicado de Imprensa, Fevereiro). Bruxelas: Comissão Europeia.
52. CE (2012), Plano de Ação para reforçar a luta contra a fraude e a evasão fiscais (Dezembro, COM(2012) 722 final). Bruxelas: Comissão Europeia.
53. G8 (2013) 2013 Lough Erne G8 Leaders' Communiqué. (Policy Paper, Junho). Lough Erne: Cimeira dos líderes do G8.
54. CE (2013), Taxation and Qualified Majority Voting. Bruxelas: Comissão Europeia.
55. Rampa, F. (2013), Challenges 2014: Family farming, African food security and EU-AU relations, deadlock or turning point in 2014? (ECDPM Talking Points Blog, 21 de Novembro).
56. ReSAKSS (2013), CAADP 10% expenditure target. Adis Abeba: Regional Strategic Analysis and Knowledge Support System.
57. ReSAKSS (2013), CAADP 6% growth target. Adis Abeba: Regional Strategic Analysis and Knowledge Support System.
58. Cilliers, Jakkie & Timothy D. Sisk (2013), Prospects for Africa's 26 fragile countries. (African Futures Paper, 14 de Outubro). Pretória: Institute for Security Studies.
59. Idem.
60. Helly, D., Rocca, C. 2013. The Mali crisis and Africa-Europe relations. (ECDPM Briefing Note 52).
61. Em 2011, a UE aprovou uma estratégia regional para o Sahel e um quadro estratégico para o Corno de África.
62. Norheim-Martinsen, Per M. (2013), The EU in Africa: Peacebuilding by proxy. (Outubro). Oslo: Norwegian Peacebuilding Resource Centre.
63. Observatoire de l'Afrique (2011), The African Union's role in the Libya and Côte d'Ivoire conflicts. (Africa Briefing Report, 16 de Maio), Bruxelas.
64. Relatório Europeu de Desenvolvimento (2013), Post-2015: Global Action for an Inclusive and Sustainable Future, Overseas Development Institute (ODI), German Development Institute/Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE) & ECDPM, Bruxelas.
65. Hauck, V., Galeazzi, G., Vanheukelom, J. 2013. The EU's State Building Contracts: Courageous assistance to fragile states, but how effective in the end? (ECDPM Briefing Note 60). Maastricht: ECDPM.
66. Comissão Europeia, Irregular Migration, A European Issue, 2012.
67. Anna Knoll & Niels Keijzer (2013), Polarised discussions in EU member states contradict the European Commission's stance on migration. (ECDPM Talking Points Blog, 2 de Outubro).
68. Conselho Europeu (2013), Conclusões (24-25 de Outubro), Bruxelas.
69. Dupont, Carmen (2013), Council conclusions on migration: Unworthy of Europe. (25 de Outubro). Bruxelas: Amnistia Internacional.
70. Ndungu, Irene (2013), Lampedusa and the plight of African boat migrants. (6 de Novembro). Pretória: Institute for Security Studies.
71. Ver Review of the Africa-EU Migration, Mobility and Employment Partnership's 2nd Action Plan and Charting Proposals for the Future Strategic Policy Document
72. BAFD (2013) Termos de Referência do Relatório de Desenvolvimento Africano 2013.
73. Comesa (2013) Speed up FTA negotiations – Zambian government (Comunicado de Imprensa).
74. ICTSD (2013) ECOWAS-CET will be implemented as of January 2015.
75. O Sistema de Liberalização do Comércio na CEDEAO é a principal ferramenta operacional para promover a região da África Ocidental como uma zona de comércio livre.
76. 18th AU Summit Decision Assembly/AU/ Dec.392 (XVIII).
77. UA (2013) Outcome and action plan of the First Consultation Meeting on the Formation of a Second Bloc of Combined Regional Economic Communities (RECs) between the RECs and their Member States in Mauritius during the course of COMAI VI, 15-19 de Abril de 2013.
78. Bilal, S. 2013. Trade talks set to disrupt Africa-Europe relations and poison the upcoming Africa-EU Summit. (ECDPM Briefing Note 58). Maastricht: ECDPM.
79. Tobias y Rubio A., 18 de Outubro de 2013, Comentário no ECDPM Talking-points, Challenges blog on the post-2015
80. Decisão da Assembleia Geral das NU 67/559, efectiva em 21 de Junho de 2013.
81. UN NGLS (2013), Intergovernmental Committee of Experts on Sustainable Development Financing Holds First Meeting. (5 de Setembro). Nova Iorque: UN Non-Governmental Liaison Service.
82. NGO Committee on Financing for Development & Global Social Economy Group (2013), Letter to the presidents of the 67th and 68th UN General Assembly (2 de Julho).
83. CE (2013), Global Trends. Bruxelas: Comissão Europeia.
84. Global Partnership for Effective Development Co-operation (2013), Resumo do evento paralelo à Assembleia Geral das NU. (24 de Setembro), Nova Iorque.
85. GDNU (2013), A Million Voices: The World We Want; A Sustainable Future with Dignity for All. (Setembro). Nova Iorque: Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas.
86. A Comissão das NU para África, a Comissão da UA, o Banco Africano de Desenvolvimento e o PNUD realizaram quatro consultas regionais e sub-regionais no Gana (Novembro de 2011), Quênia (Outubro de 2012), Senegal (Dezembro de 2012) e Tunísia (Março de 2013).
87. Comité de Alto-Nível de Chefes de Estado e de Governo sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, ver UA (2013) 21st Ordinary Session of the Summit. (Comunicado de Imprensa, Maio). Adis Abeba: União Africana.
88. A Comissão realizou uma consulta alargada No Caminho para o Quadro de Desenvolvimento Pós-2015, de 15 de Junho a 15 de Setembro de 2013, com organizações internacionais, organismos governamentais, instituições académicas, organizações da sociedade civil, organizações do sector privado, fundações, e cidadãos.
89. CE (2013), Uma Vida Digna para Todos: Erradicar a pobreza e dar ao mundo um futuro sustentável. (Fevereiro COM (2013) 92 final). Bruxelas: Comissão Europeia.
90. Presidente da Libéria Johnson Sirleaf (2013), Discurso no Painel de Abertura dos Dias Europeus do Desenvolvimento, Bruxelas.

PUBLICAÇÕES RELEVANTES DO ECDPM

Aggad-Clerx, F. 2013. Africa and China: It's all about pragmatism silly! ECDPM Talking Points Blog, 27 de Março de 2013.

Aggad-Clerx, F. 2013. Do Africans buy into the booming Africa narrative? Al Jazeera Opinion. 28 de Novembro de 2013.

Bilal, S. 2013. Trade talks set to disrupt Africa-Europe relations and poison the upcoming Africa-EU Summit. ECDPM Briefing Note 58.

Bilal, S., Ramdoo, I. 2013. Economic Partnership Agreements: Will Europe and Africa avoid a diplomatic tragedy? ECDPM GREAT Insights, Volume 2, Número 8. Novembro de 2013.

Byiers, B. 2013. What and who drives Regional Integration in Southern Africa? ECDPM Talking Points Blog, 18 de Julho de 2013.

ECDPM, 2013. A New Impetus for Africa-Europe relations, GREAT Insights, Vol.2, Número 6, Setembro de 2013. Maastricht: ECDPM.

Engel, P., Lein, B., Seters, J. van, Helden, B. van. 2013. EU policy coherence for food security: Aligning parallel agendas. ECDPM Discussion Paper 153.

Engel, P. and Keijzer, N. 2013. Development Policy on the Edge: Towards a Post-2015 Global Development Agenda. ECDPM Discussion Paper 141, Fevereiro de 2013.

European Report on Development. 2013. Post-2015: Global Action for an Inclusive and Sustainable Future. Overseas Development Institute (ODI), German Development Institute/ Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE) & ECDPM, Bruxelas.

European Think-Tanks Group (ETTGT). 2013. Looking beyond 2013: Are Africa-Europe relations still fit for purpose? Relatório da Conferência. Maastricht: ECDPM.

Galeazzi, G., Helly, D., Krätke, F. 2013. All for One or Free-for-All? Early Experiences in EU Joint Programming. ECDPM Briefing Note 50.

Galeazzi, G., Knoll, A., Krätke, F., Lein, B., Rosengren, A., Sherriff, A. 2013. Insights from development in national policy coherence for development systems: Key cross cutting issues and dilemmas. ECDPM Discussion Paper 144.

Hauck, V., Galeazzi, G., Vanheukelom, J. 2013. The EU's State Building Contracts: Courageous assistance to fragile states, but how effective in the end? ECDPM Briefing Note 60.

Helly, D., Rocca, C. 2013. The Mali crisis and Africa-Europe relations. ECDPM Briefing Note 52.

Herrero, A., Galeazzi, G., Krätke, F. 2013. Early experiences in programming EU aid 2014-2020: Charting the Agenda for Change. ECDPM Briefing Note 54.

Knoll, A. & Keijzer, N. 2013. Polarised discussions in EU member states contradict the European Commission's stance on migration. ECDPM Talking Points Blog, 2 de Outubro de 2013.

Laporte, G. 2013. Doing less and choosing better: Pacific perspectives on the future of the ACP Group. ECDPM Talking Points Blog. 25 de Outubro de 2013.

Laporte, G., Öhm M. & Koch F. 2013. Building a Sustainable Partnership for the Future? EU-Africa Relations in the Run-up

to the 2014 Summit. Relatório da Conferência. Maastricht: ECDPM/Berlim: Friedrich Ebert Stiftung.

Lui, D., Rosengren, A., Roquefeuil, Q. de. 2013. Emerging economies and the changing dynamics in African agriculture: What role for CAADP? ECDPM Discussion Paper 145.

Mackie, J. 2013. Global Collective Action post-2015: Insights from the European Report on Development 2013. GREAT Insights, Volume 2, Número 3. Abril de 2013.

Ramdoo, I., Bilal, S. 2013. What would it take to make an EPA economically and politically feasible for Europe and Africa? Elements for consideration ahead of the Africa-EU Summit of April 2014. ECDPM Briefing Note 57.

Ramdoo, I. 2013. Fixing Broken Links: Linking Extractive Sectors to Productive Value Chains. ECDPM Discussion Paper 143.

Rampa, F., and Seters, J. van. 2013. Towards the development and implementation of CAADP regional compacts and investment plans: The state of play. ECDPM Briefing Note 49.

Rosengren, A., Roquefeuil, Q. de, Bilal, S. 2013. How do European donors engage with emerging development partners? ECDPM Discussion Paper 150.

Sherriff, A. 2013. Dynamics of regional action in peace and security in Africa: Four drivers. GREAT Insights, Volume 2, Número 7. Outubro de 2013.

Weijer, F. de. and Knoll, A. 2013. Joining Forces for Peace Post-2015. ECDPM Briefing Note 53.

Weijer, F. de. 2013. Resilience: A Trojan Horse for a New Way of thinking? ECDPM Discussion Paper 139.

Para informação adicional sobre as relações Europa-África visite o blogue coordenado pelo ECDPM que agrega vozes da África e da Europa:

<http://www.africaeu2014.blogspot.nl/>



* Agradecimentos: Esta publicação é o resultado de um esforço alargado no ECDPM. A "Challenges Team" está grata pelos blogues, comentários, reacções e contributos de um grande número de colegas e agradece o apoio de todos os envolvidos. Os autores são responsáveis por eventuais erros e pelas opiniões veiculadas. A versão portuguesa foi traduzida por Patrícia Magalhães Ferreira.

Fontes de Informação

Esta publicação baseia-se num conjunto de blogues que podem ser consultados em:

<http://www.ecdpm-talkingpoints.org/tag/challenges-2014/>



Mackie, J. 2013. The Post-2015 agenda. ECDPM Talking Points Blog, 17 October 2013.

Krätke, F. 2013. Modernisation of EU development cooperation, kick-started or running on the spot? ECDPM Talking Points Blog, 23 October 2013.

Hauck, V. 2013. Peace and Security. ECDPM Talking Points Blog, 8 November 2013.

Aggad-Clerx, F. 2013. Africa-EU Relations, when space is tight, focus on the essentials. ECDPM Talking Points Blog, 14 November 2013.

Rampa, F. 2013. Family Farming, African Food Security and EU-AU relations, deadlock or turning-point in 2014? ECDPM Talking Points Blog, 21 November 2013.

Weijer, F. de. 2013. Setting countries up to fail? Monitoring the implementation of the New Deal for Fragile States. ECDPM Talking Points Blog, 28 November 2013.

Helly, D. 2013. The Great European Renaissance or Depression – who will lead the EU from 2014? ECDPM Talking Points Blog, 4 December 2013.

Herrero, A. 2013. Keeping Ashton's legacy alive – Showing leadership and coherence in EU external relations through 2014. ECDPM Talking Points Blog, 11 December 2013.

Websites institucionais para informação adicional

Banco Africano de Desenvolvimento www.afdb.org/en/

União Africana - www.africa-union.org

Agenda 2063 da União Africana - <http://agenda2063.au.int/>

Departamento de Paz e Segurança da União Africana
<http://www.peaceau.org/en/>

Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África
www.caadp.net/

Direcção Geral da CE para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural
www.ec.europa.eu/dgs/agriculture

Direcção Geral da CE para o Desenvolvimento e a Cooperação - EuropeAid (DG DEVCO)
www.ec.europa.eu/europeaid

Direcção Geral da CE para o Comércio
www.ec.europa.eu/trade

Quadro Financeiro Plurianual da UE
www.ec.europa.eu/budget/mff/index_en.cfm

Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE)
www.eeas.europa.eu

Presidência Grega da UE
<http://www.gr2014.eu/>

Estratégia Conjunta África-UE
www.africa-eu-partnership.org

ODM e a Agenda de Desenvolvimento pós-2015
<http://www.un.org/millenniumgoals/beyond2015.shtml>

Agência de Planeamento e Coordenação NEPAD www.nepad.org/

Agenda de Desenvolvimento pós-2015 – Pannel de Alto Nível
<http://www.post2015hlp.org/about/>

ONU - Comité Intergovernamental de Peritos sobre o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável
<http://sustainabledevelopment.un.org/index.php?menu=1558>

ONU – Grupo de Trabalho aberto sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
<http://sustainabledevelopment.un.org/index.php?menu=1549>

O ECDPM Insights resume os principais debates sobre as políticas e actividades relacionadas com as várias dimensões da acção externa da UE, com particular enfoque nos países do Sul. Destina-se a responsáveis políticos e técnicos das organizações públicas e privadas com interesse ou envolvidos na gestão de políticas. Esta publicação tem o apoio generoso dos patrocinadores do ECDPM: Holanda, Bélgica, Finlândia, Irlanda, Luxemburgo, Portugal, Suécia, Suíça, Áustria e Reino Unido. A versão portuguesa contou com o apoio do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.



HEAD OFFICE
SIÈGE
Onze Lieve Vrouweplein 21
6211 HE Maastricht
The Netherlands Pays Bas
Tel +31 (0)43 350 29 00
Fax +31 (0)43 350 29 02

BRUSSELS OFFICE
BUREAU DE BRUXELLES
Rue Archimède 5
1000 Brussels Bruxelles
Belgium Belgique
Tel +32 (0)2 237 43 10
Fax +32 (0)2 237 43 19

Para mais informações ou para subscrever as nossas newsletters (electrónicas), consulte www.ecdpm.org/ subscribe

Para solicitar a versão impressa de uma publicação ECDPM, e-mail info@ecdpm.org